



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP  
PRÓ - REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO  
LICENCIATURA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**O ÓCIO EM TEMPOS SOCIAIS: TRABALHO, TEMPO LIVRE E LAZER PARA OS  
TRABALHADORES DO DERCA/UNIFAP.**

MACAPÁ  
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UNIFAP  
PRÓ - REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO  
LICENCIATURA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DANIELLE BALIEIRO DOS SANTOS

**O ÓCIO EM TEMPOS SOCIAIS: TRABALHO, TEMPO LIVRE E LAZER PARA OS  
TRABALHADORES DO DERCA/UNIFAP.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como método avaliativo final para obtenção do título de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof. Dra. Maria do Socorro dos Santos Oliveira.

MACAPÁ  
2017

DANIELLE BALIEIRO DOS SANTOS

**O ÓCIO EM TEMPOS SOCIAIS: TRABALHO, TEMPO LIVRE E LAZER PARA OS  
TRABALHADORES DO DERCA/UNIFAP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como método avaliativo final para obtenção do título de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, sob a orientação da Prof. Dra. Maria do Socorro dos Santos Oliveira.

Aprovada em: \_\_/\_\_/\_\_

Banca Examinadora

---

Profa. Dra Maria do Socorro dos Santos Oliveira  
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

---

Cássia Plácido de Oliveira  
Mestranda Profissional Planejamento e Políticas - UCE

---

Prof. Me. Laércio Gomes Rodrigues  
SIMS/UFPE

*À minha pequena Liz.*

## **AGRADECIMENTOS**

*À minha família,  
que diretamente me deu auxílio nesses períodos de reclusão.*

*Ao meu companheiro Dioleno Silva,  
pelas discussões de incentivo e auxílio quando mais precisei.*

*À minha filha,  
por me devolver o ânimo em seu sorriso.*

*À professora Maria do Socorro dos Santos Oliveira,  
pela orientação, paciência e auxílio nesse percurso.*

*E, por fim, a todos aqueles que se dedicam a pensar o tempo  
humano, pautado no ócio.*

*"Os homens ativos rolam como pedra,  
conforme a estupidez da mecânica –  
todos os homens se dividem, em todos os  
tempos e também hoje, em escravos e  
livres; pois aquele que não tem dois  
terços do dia para si é escravo não  
importa o que seja: estadista,  
comerciante, funcionário ou erudito".*

*(F. Nietzsche)*

## RESUMO

O ócio como vivência subjetiva motivadora de satisfação existencial e de possibilidade para o desenvolvimento pessoal, alusivo à liberdade, perpassou por diferentes representações para a sociedade ao longo da história, contrastando-se com a disciplina de tempo e espaço configurados pelos ideais capitalistas e sua centralidade na atividade do trabalho. Na contemporaneidade, esses contrastes se apresentam mediante novas estruturas e exigências de trabalho que influenciam na percepção do tempo fragmentado – motivos pelo qual o reconhecimento cultural de ócio se encontra associado ao tempo de *não-trabalho*, tempo livre e/ou lazer. Baseado nisto, o presente estudo propõe uma análise da representatividade do ócio para os servidores do Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DERCA), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), a partir de reflexões sobre as configurações das experiências de ócio (fatores que influenciam em suas experiências pessoais). Partiu-se da hipótese de que a valorização central do trabalho, cujas exigências e/ou formas impositivas, influenciam nas experiências satisfatórias de ócio no tempo de trabalho, e se estendem para o tempo livre e lazer que pode possibilitar as realizações autênticas de ócio. Como procedimentos metodológicos foram utilizados as técnicas de Estudo de Campo, tendo por base a análise de respostas concedidas pelos trabalhadores do DERCA, da UNIFAP, vinculados ao Campus Marco Zero, localizado na cidade de Macapá – AP. Os resultados apontaram que as representatividades de ócio apresentadas aos trabalhadores do DERCA se manifestam superficialmente, relacionados, sobretudo, pela atividade da rotina do trabalho e as vivências de sociabilidades necessárias para atuações autênticas.

Palavras-chave: ócio, trabalho, tempos sociais.

## **ABSTRACT**

Leisure as a subjective experience motivating existential satisfaction and possibility for personal development, allusive to freedom, permeated by different representations for society throughout history, contrasting with the discipline of time and space shaped by capitalist ideals and their centrality in work activity. In contemporary times, these contrasts are presented by new structures and work requirements that influence the perception of fragmented time - reasons for which the cultural recognition of leisure is associated with time of nonwork, free time and / or leisure. Based on this, the present study proposes an analysis of the representativity of leisure for the servers of the Department of Registry and Academic Control (DERCA), Federal University of Amapá (UNIFAP), based on reflections on the configurations of leisure experiences. influence on their personal experiences). It was hypothesized that the central valuation of work, whose demands and / or forms of taxation, influence the satisfactory experiences of leisure in working time, and extend to the free time and leisure that could enable the authentic realizations of leisure . As methodological procedures, Field Study techniques were used, based on the analysis of responses given by the DERCA workers of the Federal University of Amapá, linked to the Marco Zero Campus, located in the city of Macapá - AP. The results pointed out that the representations of leisure presented to the workers of DERCA are superficially manifested, mainly related to the activity of the work routine and the experiences of sociabilities necessary for authentic performances.

**Keywords:** leisure, work, social times.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>12</b>
<b>1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>12</b>
1.1 Do lócus de pesquisa .....	14
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>16</b>
<b>2 ÓCIO COM APROXIMAÇÕES DA SUBJETIVIDADE: CONCEITOS E SIGNIFICADOS</b> .....	<b>16</b>
2.2 Apontamentos históricos .....	18
2.3 Ócio e tempo livre: conceitos e aproximações .....	20
2.4 Ócio e lazer: reflexões.....	23
2.5 A relação do tempo e trabalho .....	27
<b>CAPÍTULO III</b> .....	<b>30</b>
<b>3 O TRABALHO</b> .....	<b>30</b>
3.1 Contexto histórico.....	30
3.2 Significado do trabalho. ....	32
3.3 Sentidos e significações .....	33
3.4 Centralidade do trabalho na contemporaneidade.....	36
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	<b>39</b>
<b>4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS</b> .....	<b>39</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

Considerado como experiência subjetiva, motivadora de satisfação existencial e de possibilidades para o desenvolvimento pessoal, o fenômeno do ócio conserva suas significações clássicas nas mesmas proposições de liberdade, contemplação, discernimento e responsabilidade de si – sentimentos que residem no sujeito independente da sua relação com o tempo e espaço. No entanto, a partir da modernidade, a concepção de tempo assumiu uma relevância simbólica, sobretudo quando a atividade do trabalho passa a organizar a dinâmica social e temporal da sociedade.

Por outro lado, as transformações histórico-estruturais dimensionadas ao mundo do trabalho e condicionadas pelo sistema capitalista preservaram contradições que afetam a subjetividade do trabalhador e que se refletem nas demais experiências de sociabilidade, contribuindo ainda mais para a complexidade das discussões acerca do tema, principalmente quando articulados às questões relativas ao ócio e aos tempos sociais de trabalho, tempo livre e lazer.

De tal modo, na contemporaneidade, o trabalho se apresenta com características complexas de transformações quanto às formas e significados, resultando em discussões sobre sua (des)centralidade e sentidos, e reacendendo reflexões sobre as suas possibilidades em termos de satisfação, realização e vivências no tempo de trabalho e tempo disposto para além deste – o que o mantém como uma das principais atividades que atuam na história, no tempo e na cultura da sociedade.

Contudo, percebe-se que essas ampliações ainda carecem de estudos aprofundados, principalmente quando considerados a natureza subjetiva do fenômeno ócio e as disparidades das realidades históricas da sociedade quanto a sua forma organizativa.

Diante destas proposições, o presente estudo buscou responder a seguinte questão: qual a representatividade das experiências de ócio diante das demarcações dos tempos sociais em que se dimensionam o trabalho, o tempo livre e o lazer para os trabalhadores que vivenciam o serviço público no Campus Marco Zero da Universidade Federal do Amapá?

Para responder tal questão, partiu-se da hipótese de que o comprometimento com o grau de satisfação no trabalho e o princípio da eficiência estipulado pela

administração pública, associado às características, responsabilidades e exigências atribuídas ao servidor enquanto sujeito simbolicamente representado por atribuições relacionadas ao trabalho, tendem a influenciar significativamente nas experiências de ócio dos indivíduos investigados, na medida em que as possibilidades encontradas de tempo livre e atividades de lazer dão lugar a outras obrigações sociais e refletem os valores negativos atribuídos ao ócio.

Assim, o presente estudo se encontra dividido da seguinte maneira:

O primeiro capítulo descreve os procedimentos metodológicos adotados para se alcançar o objetivo inicialmente proposto, apresenta e delinea o *lócus* de pesquisa, a opção pelo método e o tipo de abordagem adotada para o estudo, bem como as técnicas e ferramentas utilizadas no levantamento de dados.

O segundo capítulo discorre sobre a experiência de ócio como aproximação da subjetividade, seus conceitos e significados constituídos no decorrer dos períodos históricos, as aproximações e diferenciações do que se entende por tempo-livre e lazer, além de apresentar uma breve reflexão quanto às ideias de tempos sociais relacionadas às concepções de trabalho.

No terceiro capítulo, descreve-se o trabalho a partir da perspectiva histórica, os conceitos e significados alusivos a este, bem como discorre sobre os sentidos e significações do mesmo, articulando às discussões em torno das transformações morfológicas a que impulsionam as reflexões na contemporaneidade, onde as reflexões sobre a possível perda de sentido do trabalho enquanto atividade referencial que permite inferir em novas representatividades do trabalho e de busca de significação em tempos de não trabalho, muitas vezes revalidados às experiências de ócio.

O quarto capítulo apresenta uma análise quanto às informações colhidas a partir das entrevistas realizadas com os servidores da UNIFAP; narra e relaciona as perspectivas subjetivas dos indivíduos investigados às concepções apresentadas no arcabouço teórico; e, em sequência, apresenta as considerações finais do estudo.

## CAPÍTULO I

### 1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como procedimento metodológico utilizado para o alcance dos objetivos propostos, optou-se por uma abordagem do tipo hipotético-dedutiva com enfoque qualitativo. A opção por tal abordagem considerou a perspectiva de que esta se mostra como uma das mais adequadas em se tratando de estudo das relações, representações, crenças, percepções e opiniões como produto das interpretações humanas em relação às dimensões de realidade vivenciadas (MINAYO, 2006).

De acordo Diniz e Silva (2008), o método hipotético-dedutivo repercutido por Karl Popper propõe a experimentação de hipóteses à prova – o que naturalmente orienta para possíveis refutações e corroborações. Dessa forma, a partir da compreensão da provisoriedade de conclusões investigativas característica do método (MARCONI; LAKATOS, 2003), vislumbrou-se neste uma grande possibilidade de contribuição para novas explanações científicas que englobam a temática do ócio e suas relações com o trabalho e os tempos sociais.

De tal modo, o enfoque qualitativo, descrito também por Freitas e Muniz (2008) como uma análise de conteúdos de percepções, opiniões e interpretações, ficou a cargo da consideração das opiniões expressas por servidores da UNIFAP em relação à temática abordada. Foram utilizadas como técnicas de pesquisa um profundo levantamento bibliográfico, que acompanhou todas as fases da pesquisa, e a realização de entrevistas no próprio ambiente de trabalho com servidores vinculados ao DERCA da instituição estudada.

O arcabouço teórico que constituiu a pesquisa bibliográfica pautou-se em levantamento de estudos que abordam o ‘ócio e seus conceitos ao longo da história’; ‘o ócio na qualidade articulada ao tempo livre e lazer’; ‘o ócio *versus* tempo-atividade de trabalho’; e ‘a representatividade do ócio para as dimensões do trabalhador na contemporaneidade’. Portanto, a fundamentação teórica encontra-se embasada nas reflexões de autores que desenvolvem estudos em centros específicos dedicados à temática do ócio dimensionado à contemporaneidade, tais como De Masi (2000), Aquino e Martins (2007), Rhoden (2009) e Cabeza (2016); e nas reflexões teóricas que abordam os conceitos, representatividade e sentidos do trabalho na contemporaneidade, com base em autores como Marx (1985), Mendes (1995), Dejours (1998), Albornoz (2000), Oliveira (2003) e Antunes (2005; 2006).

Quanto às entrevistas realizadas, é considerada para o estudo a percepção de seis servidores do quadro efetivo da instituição, vinculados ao Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DERCA), selecionados de forma aleatória segundo o aspecto de disposição pessoal no momento de intervenção para participação da pesquisa. A preferência pelo referido departamento deve-se às importantes características e responsabilidades atribuídas ao mesmo, tais como a de funcionamento diário e permanente de atendimento ao público interno e externo da instituição, e às obrigações de proceder ao registro e controle acadêmico no decorrer de todo o ano – o que se avaliou como particularidades relevantemente importantes a serem consideradas no dimensionamento da delimitação de *tempo de trabalho* e *tempo de não-trabalho*, quando considerada a influência de tais aspectos sobre a subjetividade dos indivíduos investigados.

Os objetivos e aspectos relativos à pesquisa foram apresentados oralmente aos participantes e formalizados através da assinatura do Termo de Consentimento (modelo utilizado em apêndice), o qual prevê o anonimato dos indivíduos investigados e garante os aspectos ético-científicos consonantes às diretrizes e normas que regulamentam os estudos envolvendo seres humanos, dispostos na Resolução CNS 196/96. Convém mencionar que, no decorrer da seleção dos mesmos, registrou-se a desistência de um dos possíveis participantes, acarretando em nova intervenção para o preenchimento da vaga deixada.

Como instrumento de pesquisa, optou-se pelo uso de roteiro pré-elaborado e semiestruturado para realização das entrevistas, contendo questões abertas relativas ao tema proposto e com abordagem de pontos considerados pertinentes para o delineamento e finalidade do estudo. As questões iniciais pautaram-se na identificação dos sujeitos da pesquisa, relevando sexo, idade e reconhecimento das características atribuídas ao serviço público (tempo de vínculo, cargo, média salarial); em sequência, as questões introdutórias relativas aos aspectos motivadores e percepções quanto satisfação e autorealização no tempo de duração do trabalho; e, por fim, abordaram-se as concepções individuais sobre o *tempo livre* como tempos socialmente construídos e consentidos em dicotomia com o tempo de trabalho.

Fez-se uso de gravador portátil nas entrevistas, que foram realizadas entre os dias 17 a 21/02/2017, obedecendo ao cronograma de disponibilidade previamente acordado com os participantes, variando entre o período da manhã e/ou da tarde,

dentro do próprio ambiente de trabalho dos entrevistados – o que compreensivelmente acarretou na necessidade de adequação ao ritmo empregado do servidor na execução de suas atividades.

Os dados orais obtidos foram transcritos, organizados e analisados através do programa Office Word 2010, no qual se codificou os participantes das entrevistas por meio de representação gráfica da seguinte forma: para se referir à pesquisadora, utilizou-se a letra 'P'. Quanto aos entrevistados, os mesmos foram codificados sequencialmente segundo a ordem das entrevistas realizadas, utilizando a letra 'E' para designar os mesmos (E1, E2, E3, E4, E5 e E6).

### 1.1 Do *lócus* de pesquisa

Segundo dados da própria universidade, a UNIFAP é uma instituição de ensino pública que iniciou suas atividades em 1970, como Núcleo Avançado de Ensino vinculado à Universidade Federal do Pará e que inicialmente ofertava aproximadamente quinhentas vagas voltadas para o campo do magistério (licenciatura curta), implantando, assim, o ensino superior no Amapá (UNIFAP, 2015).

Na década de 1990, através do Decreto n.º 98.977, de 02 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União n.º 43, de 05 de março de 1990, nos termos da Lei n.º 7.530, de 29 de agosto de 1986, criou-se a Fundação Universidade Federal do Amapá, autorizada pelo Poder Executivo, tendo seu estatuto aprovado pela Portaria Ministerial n.º 868/90, de acordo com o Parecer n.º 649/90-SESU, aprovado em 09 de agosto de 1990 e publicado na Documenta MRC n.º 35, tornando-a uma Instituição de Ensino Superior (IES), mantida pela União (falta a referência).

A UNIFAP possui, assim, autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, cabendo a esta, entre outras obrigações, o dever de ministrar o ensino, desenvolver as ciências, as letras e as artes, prestar serviços a entidades públicas e privadas e à comunidade em geral, e promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

Ao todo, a UNIFAP congrega pouco mais de seis mil acadêmicos, distribuídos em quatro campi em funcionamento, e o número total de novecentos e oitenta e um servidores (UNIFAP, 2015), beneficiando cerca de aproximadamente 86% da população do estado do Amapá (IBGE, 2010).

Atualmente a instituição desenvolve programas e projetos de ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão com o objetivo de contribuir para a cidadania e o desenvolvimento nacional e amazônico na qual está inserida, sendo que, em relação à graduação, o campus Marco Zero do Equador, localizado na capital amapaense, possui vinte e seis cursos de graduação distribuídos em sete Departamentos Acadêmicos, conforme as áreas de atuação dos cursos.

Entre seus departamentos gerência, o DERCA apresenta-se como um dos mais importantes da instituição, principalmente por agregar em suas funções responsabilidades às finalidades da universidade, em reunir e gerir os dados de novos acadêmicos ingressantes, bem como, através de seus registros, oferecer os subsídios documentais necessários para os acadêmicos que estão em fase de desligamento com a instituição.

Assim sendo, segundo o Regimento Geral da instituição, datado de 1990, entre suas atribuições, o DERCA possui a responsabilidade de (1) elaborar plano anual de atividades do próprio departamento; (2) elaborar, anualmente, juntamente com a Pró-Reitoria de Ensino e Graduação, o calendário acadêmico; (3) proceder com o registro e o controle acadêmico; (4) analisar e emitir parecer sobre solicitação de transferência obrigatória e facultativa e reabertura de matrícula; (5) orientar as coordenações de curso sobre registro e controle acadêmico e, (6) exercer as demais atribuições que, por sua natureza, por força do estatuto ou regimento geral da Universidade, lhe sejam cometidas.

## CAPÍTULO II

### 2 ÓCIO COM APROXIMAÇÕES DA SUBJETIVIDADE: CONCEITOS E SIGNIFICADOS

As compreensões sobre a natureza subjetiva do fenômeno do ócio ainda se encontram pouco aprofundada por sua complexidade interpretativa (RHODEN, 2009), o que segundo Cuenca (2016) decorre da centralidade atribuída às investigações de abordagens empíricas.

Na contemporaneidade, diversos estudiosos se dedicam a tais investigações, buscando recuperar as significações subjetivas que se dimensionam ao ócio. Estes, a partir da concepção clássica, estabelecem uma adaptação ao contexto da contemporaneidade, encontrando resiliências nas proposições de felicidade, liberdade, satisfação, desenvolvimento pessoal, criatividade e existência – atribuições que podem ser reunidas nas fundamentações de *ócio autotélico*<sup>1</sup>, uma experiência subjetiva e autônoma que objetiva o amadurecimento da responsabilidade de si.

A partir dessas contribuições sugem diversas significações amparadas, como na perspectiva *humanista* que, consoante a uma condição física e mental, ao se intensificarem favorecem a saúde, ao de bem-estar e o desenvolvimento pessoal (RHODEN, 2009). Na perspectiva *construtiva*, caracterizando o discernimento das escolhas pessoais, refletem as construções das habilidades e (re) afirmação da personalidade (PINHEIRO et al, 2010).

E ainda sob uma concepção *existencialista*, Baptista (2009) descreve que o ócio se apresenta como experiência aberta ao encontro do sujeito, ao cuidado de si, por meio de realizações satisfatórias que possibilitam orientar o projeto de vida. Esta compreensão resguarda aproximações do valor de ócio pressuposto por Aristóteles, como 'exercício filosófico da existência'.

A atitude filosófica se caracteriza como manifestação intrínseca da personalidade humana, compreende a capacidade de refletir sobre as suas escolhas em interação com a realidade histórica, onde, pelas circunstâncias da liberdade, o homem desenvolve as habilidades para a construção da subjetividade (ARANHA,

---

<sup>1</sup> Para Manuel Cuenca Cabeza (2016), o termo ócio autotélico serve para diferenciar as experiências de ócio as demais vivências que se delimitam a alusão de tempo e espaço, de forma que se caracteriza por uma conotação subjetiva.



1993) – dessa forma, com base nessas concepções, o ócio propõe aproximações com a postura contemplativa, possíveis para a construção e (re)afirmação da personalidade.

Sebben (2007) afirma que o ócio representa a dimensão que estimula a existência de indivíduos discernentes à realidade, capazes de instituir novas percepções e expressar suas particularidades, uma atitude introspectiva que, para Wogel (2007), anima as habilidades das faculdades humanas direcionadoras para as realizações da vivência autêntica – daí o seu significado relacionado à experiência que se diferencia de outras vivências por proporcionar satisfação e realização ao indivíduo que no decorrer das experimentações de livre escolha, possibilita o seu aprimoramento em proveito do seu desenvolvimento pessoal e social (FRANCILEUDO; MARTINS, 2016).

Na contemporaneidade, a conceituação de ócio se revela por meio de diversas concepções que contribuem positivamente no sentido de proporcionar meios de torna-lo compreensível, esclarecendo e afastando as representatividades, as quais comumente o definem de maneira pejorativa. No entanto, as ampliações atribuídas às significações que se dimensionam o ócio, principalmente a partir do reconhecimento dos tempos sociais que representam o tempo livre e lazer, podem contribuir para uma compreensão mais complexa.

Aquino e Martins (2007) refletem que as discussões acerca do ócio se constituem de particularidades das ciências sociais que reúnem diversas interpretações conceituais e em discordâncias, o que amplia as explicações e suas complexidades. Contudo, ressalta-se a importância das indagações sobre o ócio como estímulos aos vários desdobramentos reflexíveis, considerando o constante dinamismo das experiências em sociedades.

A compreensão de ócio na contemporaneidade se mostra insuficiente, mas que ao articular com várias abordagens e sentidos possibilita novas releituras (PINHEIRO; RHODEN; MARTINS, 2010). Da mesma forma, quando articulado ao pensamento filosófico, os questionamentos relativos ao ócio se caracterizam por um esforço reflexivo ao relacionar os aspectos das experiências subjetivas, sem se dissociar da realidade empírica<sup>2</sup> – como reflete Cabeza (2016) ao considera-lo pelas proporções que o caracterizam como fenômeno social.

---

<sup>2</sup> Assim, devido aos aspectos subjetivos que se conjugam a definição do que seria o ócio, diversos pesquisadores desenvolvem estudos dimensionados as múltiplas concepções sobre a temática, em

Pinheiro, Rhoden e Martins (2010) acrescentam ainda que o estado de ócio não deriva de uma ocupação (como muito pode se supor), tão pouco da regulação temporal ou mesmo da classe socioeconômica de um indivíduo, porém, resulta da maneira como cada um reconhece a satisfação que confere significado à vida. Dessa forma, as significações sobre o ócio se manifestariam a partir do reconhecimento subjetivo das motivações que o indivíduo escolhe, na proporção de satisfação e responsabilidade para consigo.

Para Rhoden (2009), apesar de representar uma atividade encontrada no tempo disponível, o ócio ultrapassa o sentido caracterizado como simples atividade. Nesse sentido, Puig e Trilla (2004) entendem que, contornado como experiência pessoal, o ócio se desprende de imposições, pois suas realizações antecedem uma liberdade para escolhas interessadas – o que para Monteagudo et al (2013) pode ser expresso como disposição para a satisfação do desenvolvimento pessoal, inerentes às carências humanas de se transformar, progredir e se aperfeiçoar.

Dessa forma, no presente estudo, entende-se o ócio como sendo um estado de ser e de se relacionar com a realidade histórica, que em conformidade com os valores de cada indivíduo, se conjuga na propensão de mobilizar as limitações impostas que configuram uma vida caracterizada como impessoal.

## 2.2 Apontamentos históricos

O fenômeno do ócio perpassou por diferentes representações na história em sociedade o que contribuiu para as significações na contemporaneidade. Historicamente, na Antiguidade Grega, o ócio estava dimensionado à autorreflexão e à contemplação da realidade.

Segundo Chauí (2000), o ócio para os gregos representava a *scholé*, significando o que hoje se entende por escola, lugar de estudo – uma necessidade para os homens considerados virtuosos que se dedicavam a política e questões investigativas sobre a realidade que, para Aristóteles (1991), presumiam a condição

---

centros específicos para as produções. No Brasil os estudos direcionados ao reconhecimento do ócio se desenvolvem pelas contribuições de pesquisadores representantes do *Laboratório de Estudos sobre o ócio, trabalho e tempo livre-Otium* da Universidade de Fortaleza, os quais abrangem reflexões multidisciplinares sobre ócio, dialogando com os vários estudos que reúne a *Asociación Iberoamericana de Estudios de ócio* composta por Espanha, Portugal, e América Latina (MARTINS, 2017).

de *'estar livre'* das necessidades que objetivavam apenas as conquistas materiais – o que acabava por desconsiderar as práticas do trabalho.

A definição clássica de ócio se tornou inevitável para as formulações de seu conceito, uma vez que a realização se tornava possível em decorrência da liberdade que alguns podiam experimentar, como pelas circunstâncias instituídas que evidenciavam as formas de organização de sociedades caracterizadas hierárquicas, as quais distinguiam os sujeitos escravos dos homens considerados livres.

Nota-se, portanto, que o ócio na antiguidade grega se configurava como uma necessidade subjetiva daqueles que percebiam a sua liberdade, mesmo condicionada pela existência daqueles não considerados livres, tendo em vista que o trabalho se constituiu como um fator que estabelecia as relações diferenciadas entre os indivíduos e de acordo com a sua forma organizativa.

Alves Junior e Melo (2003) descrevem que em Roma o ócio passou a assumir as proporções de tempo livre, um tempo destinado para o descanso físico e para as distrações demandadas pelo Estado cujo objetivo seria a reativação para o exercício do trabalho.

Diferentemente da recusa manifestada pelas atividades de trabalho na Grécia, em Roma, conforme Marcassa (2004), o trabalho se apresentava como valor que acrescentaria à existência humana. Dessa forma, o ócio como conotação de liberdade autêntica, passa a ser representado como a dimensão necessária para amenizar as condições necessárias para a atividade de trabalho, para a manutenção da disciplina atribuída para o trabalho, na relação tempo de ocupação e ócio como tempo livre.

Bacal (2003) complementa o exposto apontando que, para Sêneca, a palavra *'negócio'* advém do termo em latim *negotium*, que pressupõe a negação do ócio; enquanto que o termo *otium* significava uma dimensão possível para os trabalhadores repousarem e se divertirem depois das ocupações. Nessas condições, o ócio passa a assumir conotações de divertimento, demandadas pela política organizativa do Estado e ainda, sobre forte influência da igreja, a dimensão do que seria ócio começa a se transfigurar para a noção de pecado, um mal que deveria ser combatido e absolvido pela virtude do trabalho (ALVES JUNIOR; MELO, 2003).

De acordo com Aquino e Martins (2007), no período que concerne à modernidade, com o processo de industrialização baseado na política de urbanização e desenvolvimento econômico, o tempo passa a ser contornado por

uma maior afirmação cronológica em consonância com a importância social do trabalho, cuja referência às jornadas de trabalho, refletem nas condições de reconhecimento de usos e possibilidades dos tempos subjetivos.

Giddens (1991) afirmava que a criação do relógio mecânico, que data do fim do século XVII, consolidou a padronização da ordenação social, a separação entre tempo e espaço e, com isso, a determinação exata da fração do tempo. Assim, como para Thompson (1998), este novo modelo de organização racional influenciou em uma nova adequação do comportamento à sociedade, onde a percepção das necessidades se ajustaria ao tempo valorativo para o trabalho - dessa forma, entende-se que as experiências subjetivas passam a ser delimitadas pelo referencial de tempo útil, ou seja, os tempos sociais se organizam circunscritos ao tempo produtivo do trabalho.

Para Pinheiro, Rhoden e Martins (2010), o ócio não deve ser compreendido em oposição ao trabalho, assim como não deve ser desarticulado das demais experiências configuradas como ocupações e vivenciadas segundo a demarcação de tempos, ainda que o ócio ultrapasse a concepção limitada de tempo, pois tais interconexões acrescentam às possibilidades de significações que dimensionam a subjetividade.

Portanto, o trabalho passa a imprimir um sentido existencial para os indivíduos e o sentido do que seria o ócio, passa a ser representado pelo referencial de *tempo de trabalho*, constituído como proporções delimitadas no *tempo de não-trabalho* – configurados também como sinônimo de tempo livre e lazer.

### 2.3 Ócio e tempo livre: conceitos e aproximações

Apesar de seu indício antigo na história, a ideia de ócio somente se tornou evidente a partir das conquistas de tempo flexível pelas limitações do tempo despendido no trabalho, na dicotomia do *tempo de trabalho* e tempo de *não-trabalho* – muitas vezes configurado com o que se convencionou chamar de *tempo livre*. (AQUINO; MARTINS, 2007).

Para alguns estudiosos (DUMAZEDIER, 1979; DE MASI, 2000; CAMARGO, 2008) o *tempo livre* surge da redução da jornada de trabalho como uma conquista que data das reivindicações trabalhistas de melhores condições de vida, juntamente

com as novas necessidades configuradas para determinar os limites de jornada sem, contudo, prejudicar o êxito da produção.

De acordo com Avelino (2003), o cansaço físico e psicológico, juntamente com a necessidade de sociabilidade para o bom funcionamento econômico da produção, constituíram os motivos para as limitações do tempo no trabalho, estabelecendo condições regulamentares ao tempo socialmente necessário. Desta forma, segundo o autor, durante as transformações sociais e instrução de novos valores desenvolvidos pelo processo de industrialização, muitas resistências quanto às formas suscetíveis de subjugação à moral do trabalho se desencadearam.

Neste aspecto, o filósofo considerado um ativista à época, Paul Lafargue, repercutiu algumas insatisfações dos trabalhadores de seu tempo, trazendo à luz reflexões a cerca dos processos de trabalho e a destituição da liberdade individual. Em sua obra intitulada “*O Direito à Preguiça*”, Lafargue (2000) questionava a ideia disseminada pela religião protestante, em consonância com o capitalismo à classe operária, e as justificativas para as práticas de exploração e distinção entre as classes, visto que o trabalho era associado como atitude virtuosa, em detrimento do tempo de não trabalho configurado como preguiça em alusão a ideia de pecado.

A concepção de tempo, pautado no referencial da ação despendida no trabalho, estabeleceu uma nova percepção do tempo para a sociedade. Para Aquino (2008), as transformações advindas com o processo de industrialização trouxeram consigo mudanças significativas com relação à representatividade do tempo social e pela nova visibilidade ao trabalho. Assim, o tempo se tornou quantificado, passando-se a introduzir a noção de *tempo estimado* (sobretudo pela alteração do trabalho rudimentar para o automatizado) onde, as reflexões sobre a qualidade de tempo livre, geralmente, articulam-se às discussões de tempo quantitativo do trabalho e das tarefas diárias que inevitavelmente se deparam os indivíduos.

Para Padilha (2004), o tempo livre na modernidade, constantemente esteve agregado a ideia de tempo e de trabalho, o que contribuiu para a predominância que o caracterizam como *tempo de não-trabalho*. Neste sentido, a mensuração do tempo como livre se tornou necessária diante das mudanças conjunturais da sociedade e dos avanços tecnológicos que possibilitaram a instauração de diversos comprometimentos que norteiam as variadas necessidades adotadas.

Para De Masi (2000), com as transformações das relações de trabalho, o incremento das novas tecnologias e a conquista histórica quanto à redução da

jornada de trabalho, o tempo livre começa a adquirir uma extensão maior, como libertação das horas exaustivas de trabalho e obrigações rotineiras, influenciando no desencadeamento de novas atitudes de ajustamentos onde, a partir das percepções dessa liberdade, possibilitam o estado de satisfação em todas as dimensões, e que muitas vezes, podendo encontrar-se confundidas no próprio processo de labor. Uma projeção que sustenta a sua teoria de *ócio criativo*, mas que para Guitierrez (2011), se apresenta como inalcançável, por não relevar as diferenças mundiais, econômicas e sociais, que contornam apenas uma minoria.

Dessa forma o tempo livre como proporção para a reabilitação de sensações agradáveis se aproxima do ócio, porém, sua ocorrência necessita de demarcações reservadas para o tempo diferenciado das vivências habituais que estabelecem um grau de obrigatoriedade.

Martins (2008) contorna essas discussões ao identificar os diferentes tempos sociais pelo grau de condicionamentos impostos pela própria sociedade, que concernem às atividades e suas representações simbólicas diárias. Compreendendo a relação dialética entre liberdade e autonomia, para o autor, o tempo livre seria aquele que possibilitaria as realizações livres, por conter o menor grau de condicionamento do sujeito em comparação aos outros tempos sociais, conforme os classificou Frederic Munné em tempo psicobiológico, socioeconômico e sociocultural (MARTINS, 2008).

Pronovost (2011), no entanto, aponta que os diversos tempos sociais criados pelo homem se organizam a partir de um tempo predominante e este seria exercido pelo tempo de trabalho – logo, o tempo livre se apresenta na sociedade vinculado ao trabalho e sua estrutura organizativa.

Para Padilha (2004), o tempo livre remonta também ao contexto histórico que data da era industrial, o qual as mudanças econômicas e sociais e sincronização do tempo social reforçavam a intuição entre tempo de trabalho e tempo livre deste. Assim, as acepções de tempo livre como tempo socialmente construído fora das obrigações da rotina de trabalho, segundo a autora, possibilitaria ou não o destino para as práticas de lazer ou de ócio.

Francisco (2008) complementa tal exposição, ao entender que o tempo livre seria um período liberado das obrigações rotineiras, o qual conduzem atitudes interessadas e espontâneas, podendo se dimensionar para as realizações de ócio ou para a necessidade de completar outros compromissos diários.

Dessa maneira as concepções sobre o tempo livre se aproximam do conceito de ócio, pela percepção da liberdade necessária para o preenchimento do tempo, muitas vezes destituído pelos compromissos diários, geralmente conduzidos no empenho do trabalho, podem equivaler às necessidades de experiências satisfatórias.

Contudo, para Sant'Anna (1994), a possibilidade de ócio como realização no tempo livre é uma realidade aludida sob uma visão pessimista, pois, mesmo na constatação desse tempo livre disposto para as sustentabilidades subjetivas, na acepção capitalista, necessitar-se-ia, ainda, extinguir a improbidade moral refletida pelo ócio – o que torna a concepção de lazer como uma melhor representatividade funcional do tempo livre.

#### 2.4 Ócio e lazer: reflexões

Para estudiosos como Marcellino (1983), Marcassa (2004) e Mascarenhas (2006), o lazer representa uma expressão conceitual advinda da modernidade, sobretudo pelas atribuições de periodicidade do trabalho continuamente restabelecido pelas rupturas no tempo livre.

O termo lazer nasceu do termo francês *loisir*, derivado do vocábulo latim '*licere*', significando "lícito", "ser permitido" ou "ausência de impedimentos" (VAZ, 2003). No entanto, para Gomes (2004), o lazer pode ser identificado e associado em algumas línguas (como a espanhola, por exemplo) semelhante ao termo *ócio*. O que dificulta o entendimento e as diferentes interpretações sobre o mesmo e, assim, aproximam lazer e ócio.

Segundo Aquino e Martins (2007), o lazer comumente proferido como atividade na modernidade, inexistia na sociedade pré-industrial em consequência da ausência de classificação do mesmo, visto que o trabalho se misturava com as manifestações dos costumes, entre cerimônias e comemorações que proporcionavam o desenvolvimento de sensações de satisfação.

Para Marcellino (1996), o lazer se desenvolveu na sociedade moderna, na qual se tornou evidente a separação entre tempo de trabalho e tempo livre, resultante dos intervalos conduzidos pelo tempo linear, ajustados ao tempo fragmentado do trabalho mecânico. Sob o mesmo ponto de vista, Dumazedier (1979) expõe que o lazer se estabeleceu a partir das circunstâncias que

evidenciavam diferentes formas de demarcação dos compromissos, antes de forma ritualisticamente tradicionais coletivas e, posteriormente, adaptadas ao novo ritmo de vida dos trabalhadores na sociedade moderna.

No entanto, para Reis e Cavichioli (2008), com base nas interpretações configuracionistas, o lazer se apresenta como *fenômeno histórico*, onde suas formulações não se ajustam às concepções que demarcam seu surgimento como algo estático ou repentino e que, por isso, não se deve partir da premissa preocupada com o seu marco de origem, mas relevando as formas como se desenvolveu ao longo das variações das estruturas organizacionais e adaptabilidades da sociedade.

Agregada as concepções circunstanciadas pela estruturação do tempo cronológico, a concepção de liberdade delimitada e as determinações para experiências satisfatórias a que a sociedade se sustentou, o conceito mais convencido e difundido sobre o lazer, se tornou reconhecido pelas formulações do sociólogo Joffre Dumazedier.

Assim, Dumazedier (1979) entendia o lazer como sendo:

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para descansar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda, para desenvolver sua formação ou informação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (p. 94).

Logo, partindo-se dessa premissa, compreende-se o lazer como possibilidades que se opõe ao tempo de trabalho e imposições sociais. Em consonância a isto, Klein (2014) afirma que, quando o lazer se concretiza pela relação dependente da dialética “tempo desimpedido” e “tempo impedido”, essa correlação oposta determina seu significado.

No entanto, para Bruhns (2004), o significado do lazer se encontra permeado por confusões enquanto associações ao tempo efetivado e organizado pelo trabalho. Pois, para a mesma, o lazer compreende o campo da subjetividade, caracterizando um estado de liberdade percebida, desvinculado das demais atividades obrigatórias, na predisposição para possibilidades dentro do que se considera tempo livre – uma vez que, para a autora, ao dispor de tempo livre, um indivíduo nem sempre pode usufruir o lazer.



Gomes (2004), entretanto, entende que as concepções sobre lazer, quando considerado pela regra que delimita sua realização, na oposição às atividades consideradas obrigatórias, podem incorrer de contradições conclusivas, pois nas relações dinâmicas da sociedade, suas manifestações podem se apresentar interagindo com as mesmas.

De tal modo, Camargo (2008), por conseguinte, avalia que o lazer representa um agrupamento de ocupações direcionadas pelo tempo disponível cujos interesses podem ser diversos (cultural, manual, artístico, físico, intelectual, etc.) exercendo um grau flexível de coercitividade.

Nesse entendimento, o lazer presumido ao considerar a liberdade de escolha, pode tender-se em interpretações equivocadas, uma vez que essa liberdade na forma como a sociedade se configura, preserva os diversos impedimentos e constrangimentos, acrescido das obrigações diárias que a sociedade pode estabelecer em consonância com o tempo quantificado ao produtivo.

Dessa forma, Camargo (2008) considera o lazer na qualidade de atividades variadas, possíveis de se realizarem pela disposição de maior discernimento dos indivíduos ao direcionar o que se deseja fazer no seu tempo atribuído de maior espontaneidade, assim, suprimindo as necessidades pessoais, sejam estas motivadas pela procura reparadora das rotinas gastas.

Neste aspecto, Marcellino (1996) aponta que o lazer pode assumir representações diferentes de um indivíduo para outro, bem como pode significar uma sensação agradável para uns e descontentamento para outros. Logo, o tempo e atitude constituem circunstâncias importantes para revela-lo como atividade e as formas pessoais de se perceber o prazer que resulta.

Para tanto, o lazer passou a estar relacionado às necessidades que motivam a satisfação subjetiva, sugerindo associações ao hedonismo como dimensões possíveis para as experiências de lazer. Dumazedier (1979) aponta que a busca pelo prazer substancializa a importância primeira que qualifica o lazer:

[...] este caráter hedonístico é tão fundamental que, quando o lazer não proporciona a alegria, a fruição esperada, seu caráter é traído: “não interessante”, “não foi engraçado”. O lazer não é então mais, totalmente, ele mesmo, é um lazer empobrecido (p. 96).

Camargo (2008) contribui para esta proposição complementando que qualquer busca de lazer antecede ao objetivo de satisfação, mas que podem resultar em expectativas frustradas, sobretudo, quando o indivíduo se encontra naturalmente exposto para uma disponibilidade de direcionamentos incentivadores ao consumo compensatório que a sociedade capitalista oferece.

Logo, as intensificações de credibilidade concedida às necessidades de lazer, como funcionalidade de escape compensador das rotinas e obrigações, podem se apresentar como experiências empobrecidas quando subserviente aos comportamentos consumistas.

Para Adorno (1999), o lazer compõe uma necessidade fantasiosa que amolda o comportamento do trabalhador pela falsa liberdade e ilusão de prazer satisfeito no consumo padronizado, dando continuidade às formas alienantes como as pressentidas nas atividades de trabalho. No entanto, para Oliveira e Freitas (2004), o lazer na contemporaneidade se torna condizente às necessidades de consumo próprias do homem, e se caracteriza como prioridade dentre as variadas expectativas de satisfação.

Marcellino (1996) considera que não se devem desconsiderar os demais aspectos direcionadores da vida. Logo, o lazer abrange as diversas manifestações culturais e não se restringe a atitudes passivas como as que se relegam, negativamente, relativas ao consumismo, quando na verdade, possibilita o discernimento de intenções para o consumo de determinado produto, bem como permite o exercício do pertencimento de identidades sociais, de acordo com as realidades específicas.

Dessa maneira, Camargo (2008) caracteriza o lazer como atividade de interesse e classificações diversificadas que se encontram dentro de um tempo disponibilizado para o exercício da busca do prazer, conduzido por atitudes espontâneas e desembaraçadas das obrigações rotineiras, os quais podem completar as experiências de desenvolvimento subjetivo e se manifestar junto às interações sociais.

O lazer como aproximação ao ócio se tornou necessário para as considerações que retomam a carência de pensar o tempo humano, comprimido pela persistência de ausência de sentido, os quais estimulam novas reflexões na contemporaneidade e que, conforme Aquino e Martins (2007) reiteram nas necessidades de discutir as concepções que colocam as experiências do tempo

demarcado na referencia ao trabalho, porém, articulando-se ao novo cenário da sociedade, onde se torna possível considerar os aspectos que revelam as significações subjetivas dos sujeitos.

Diversas contribuições teóricas aproximam as experiências de lazer com o estado de ócio, abrangendo o tempo livre na relação com tempo de trabalho – fato que não exclui as qualidades significativas do ócio, mas possibilita enquadrá-lo na realidade histórica em que o *tempo livre* desenvolvido como *tempo social* ocupou-se pelas atividades modernas do lazer, os quais, conforme Pinheiro, Rhoden e Martins (2010), podem reunir os valores relacionados à subjetividade.

Para Boeira (2005), as mudanças históricas compreendidas nas estruturas do trabalho, influenciaram no desencadeamento de novas representatividades e instituições quanto a vivências dos tempos sociais e desenvolvimento de novas identidades. Diante dessas transformações às estruturas e relações de trabalho, o tempo humano, como conjugado as formas de representatividade existenciais, reclama as reflexões que envolvem as vivências do tempo livre, dimensionados para as experiências de ócio possíveis nas atividades de lazer.

Assim, nas concepções de Aquino e Martins (2007), as modificações das percepções de ideia de tempo na contemporaneidade possibilitam o ressurgimento das reflexões sobre o tempo em seu aspecto subjetivo: dessa forma, pensar o *ócio*, o *lazer* e *tempo livre* pelo demarcador tempo se torna instigante.

## 2.5 A relação do tempo e trabalho

O trabalho como atividade social possui uma relação com o tempo, principalmente a partir da modernidade quando sua articulação passou a servir de base para a organização de uma sociedade capitalista e que conjugaram as análises que fundamentaram as concepções de Marx à exploração capitalista (AMORIM, 2013).

Esta relação tempo e experiência prática consubstanciaram as investigações das ciências sociais, possibilitando os questionamentos na contemporaneidade no que condiz às configurações dos tempos sociais, às características e transformações quanto à forma organizativa da sociedade – ampliando, portanto, as reflexões que destacam a importância de discutir outras experiências subjetivas em

torno do tempo, como as que se dimensionam para além do tempo de trabalho (ARAÚJO; DUKE, 2012; CARDOSO, 2009).

A noção de tempo se tornou indissociável para a existência humana, sua medição por meio de símbolos de quantificação da durabilidade de eventos, organizam as dinâmicas das sociedades (PADILHA, 2004). No entanto, sabe-se que os fundamentos teóricos sobre o que seria o tempo ainda são divergentes e outros ainda questionáveis (RODRIGUES, 2011).

Neste sentido, a física clássica contribuiu com as suas teorias em torno do tempo representado como abstração, o que desafiavam o ímpeto de muitos cientistas da história. As formulações para um entendimento objetivo partiam de observações da natureza, que se referenciavam pelo movimento do universo.

Segundo Elias (1998), as ciências físicas contribuíram para as concepções plausíveis diante de seu aspecto intangível às compreensões, impelidas pelas necessidades do desenvolvimento de métodos organizadores, adaptados às atividades humanas. Logo, o desenvolvimento da cronologia se tornou determinante para a condução do ritmo habitual da sociedade.

Na concepção de Reis (1996), assim como para a filosofia, o tempo representava uma questão a qual se dedicavam pensadores como Aristóteles, Agostinho e Heidegger, que compreendiam o tempo como algo que se relacionava com a sensibilidade humana pela percepção que cada um possui da sucessão temporal entre o movimento anterior e posterior (ou, na concepção de Kant, pelas experiências junto ao espaço social).

Nos estudos da sociologia, o tempo constitui uma construção social que compreende a criação simbólica que organiza as diversas sociedades. Consoante a este pensamento, Elias (1998) indica que o tempo surgiu da necessidade dos homens em suas interações sociais circunscritas pelo desenvolvimento espacial e pelas mudanças quanto ao ritmo das dinâmicas da sociedade de inventar um mecanismo que intermediasse as relações espaciais, que pudesse servir de modelo e ser padronizado, considerando as características organizativas de cada sociedade.

Diante desses questionamentos, atribui-se à ideia de tempo à própria busca de significação da existência, visto que a categoria tempo se torna indissociável à consciência do indivíduo pela necessidade de delimitar de forma objetiva o transcurso da vida.

Rabuske (1986) complementa ainda o tempo como criação humana que demarca a sucessão dos acontecimentos que situam as transformações da sociedade, desenvolvendo o sujeito histórico e organizando a existência – assim, o homem se caracteriza como ser temporal, na condição de construtor da história e memória, auxiliado por suas formas de demarcar a durabilidade do tempo.

Considerando tempos sociais como a pluralidade de construções referenciais que organizam a estrutura da sociedade, os tempos sociais se caracterizam como representações sócio-históricas-culturais que sofreram transformações decorrentes das coordenações que se sincronizaram ao tempo determinante do trabalho na sociedade industrial (PADILHA, 2000; GASPARINI, 1996).

Dessa forma o trabalho configura o principal representante da experiência temporal na sociedade contemporânea, uma concepção que de acordo com Aquino et al. (2005), se repercutiu a partir das teorias dos tempos sociais, ao eleger a categoria tempo como recurso de investigação sobre a realidade estrutural da sociedade, considerando as mudanças quanto a forma de demarcação, ritmos e referenciais temporais que diferenciam as sociedades antigas da organização complexa da então, sociedade moderna.

## CAPÍTULO III

### 3 O TRABALHO

As formulações significativas que propuseram o trabalho como gênese de construção do homem, perpassaram por concepções negativas e afirmativas e que, no entanto, não excluíram a existência e permanência do trabalho na contemporaneidade como condição prática que conduz a representatividade essencial da sociedade.

No transcorrer da história e em diferentes sociedades, o fenômeno do trabalho se manifestava por diferentes representatividades, influenciando nas formas significativas, ao que na sociedade contemporânea, se apresentando de maneira peculiar, segundo uma dinâmica complexa de organização social e de diferentes experiências subjetivas.

#### 3.1 Contexto histórico

Na antiguidade grega, o trabalho era representado de forma negativa, quando desvirtuava das atitudes políticas e filosóficas dos homens considerados livres e, no entanto, como atividade necessária para manutenção do exercício da razão desses mesmos homens.

Para Aristóteles (2013), o trabalho negava a essência livre e peculiar do homem, uma vez que evidenciava a identificação da condição de escravo, sendo que a ideia de escravo para os gregos, nas acepções de Jesus (2005), se diferenciava do ser cidadão que reconhecia sua capacidade de agir na Polis, pois para o escravo essa liberdade se encontraria negada.

Conforme Woleck (2002), o significado do trabalho para os gregos, combinava termos distintos como *ponos*, designando a atividade que dispunha de algum esforço penoso, e *ergon*, qualificando o seu processo criativo – o que possivelmente contribuiu para as separações significativas incorporadas nas diversas línguas perduradas na modernidade.

Hannah Arendt (2010), por sua vez, refletindo as diferenças terminológicas entre o labor que satisfaz e o trabalho que cria, buscou na antiguidade da sociedade grega as concepções que na modernidade se tornaram semelhantes.

Nessa interpretação, Oliveira (2003) esclarece que, para os gregos, o ato criativo do trabalho se diferenciava do labor, este considerado como esforço desprezível a que se sujeitavam os escravos. O labor (*ponos*) significava o ato instintivo que equivaleria o homem ao animal, algo desprezível por encerrar na satisfação imediata das necessidades, contrários aos princípios valorizados pela Polis.

No período da Idade Média, de acordo com Almeida (2003), eram reproduzidas novas formas de relações de trabalho e de representação ao homem onde, com o desenvolvimento do cristianismo, o trabalho se adequava aos princípios de vocação. O que, segundo o autor, mais adiante, com o Renascimento e a reforma religiosa, se configurou como ocupação que poderia ser eficaz para o desenvolvimento urbano, econômico e social.

Neste sentido, para Albornoz (2000), os fundamentos religiosos sobre o trabalho como êxito da predestinação e esforço progressivo em conformidade à vontade divina, estimularam os intentos econômicos da burguesia.

Weber (2004), refletindo sobre os princípios morais absorvidos pelo capitalismo, sustentou que a Reforma Protestante instaurou a ética da atividade do trabalho. O trabalho representado como virtude, como vocação, neste sentido, constituiu a filosofia base que influenciou o desenvolvimento do capitalismo moderno.

Segundo Ornellas e Monteiro (2006), com o processo que data a Revolução Industrial, o trabalho passou a ser reconfigurado pelo incremento dos instrumentos mais avançados, modificando as formas de organização da produção e assinalando a constituição dos valores ideológicos do capitalismo que muito sustentaria os diversos fundamentos críticos das teorias marxistas.

Na concepção de Postone (2015), o trabalho na sociedade capitalista constituiu a ideia direcionadora para as elaborações críticas de Karl Marx, contribuindo para as análises sobre a natureza social histórica da modernidade. Para Marx (2004), o trabalho no contexto histórico da modernidade capitalista assume o caráter de mercadoria, pois a força de trabalho necessária à realização das necessidades se torna exterior ao próprio ente humano, em que sujeito às formas organizativas da divisão técnica, sob uma complexa relação de dominação, o trabalho se configura como atividade que assume as características do que se

atribuiu por alienação, ajustado para a produtividade capitalista que sustenta as estruturas ideológicas dominantes.

### 3.2 Significado do trabalho.

O trabalho é comparado a algo que requer um grande esforço presente na maioria dos dicionários. Segundo Albornoz (2000), o termo adveio da palavra latina *tripalium*, que designava um instrumento de ferro utilizável no cultivo da lavoura, e que servia ainda como instrumento direcionado às formas de torturas físicas – o que posteriormente contribuiu para o predomínio do seu sentido de sofrimento.

Para Riboldi (2010), a vinculação do trabalho à ideia de suplício pode ser percebida nos diversos neologismos, como ‘trabalho de parto’, ‘ocupação dificultosa’, ‘sofrimento compensador’ e outros que se mantiveram como expressões de seu sentido negativo como consequência possível do legado agregado pelas diferentes representações do trabalho para a sociedade.

Assim, o trabalho compreendido como uma atividade enfadonha, desestimulada pelo uso da força física, conforme De Masi (2000), se perdurou durante anos como forma representativa depreciativa ao excluir o processo intelectual criativo, que foi conquistado somente a partir da modernidade.

Para Arendt (2010), na modernidade a compreensão caracterizada de forma equivocada dos significados etimológicos historicamente indiciados, trouxe consequências para os conceitos e formas representativas, onde ao invés de diferenciar os termos trabalho e labor, se consentiu como semelhantes – concepções estas, que comprometiam a filosofia de Marx, a qual direcionava suas críticas.

[...] numa sociedade completamente “*socializada*”, cuja única finalidade fosse a sustentação do processo vital – e é este o ideal, infelizmente um tanto utópico, que orienta as teorias de Marx – a distinção entre labor e trabalho desapareceria completamente; todo trabalho tornar-se-ia labor, uma vez que todas as coisas seriam concebidas, não em sua qualidade mundana e objetiva, mas como resultados da força viva do labor, como funções do processo vital (ARENDDT, 2010).

Diante dessas questões, Araujo e Sachuk (2007) auxiliam para a compreensão de que os significados e sentidos atribuídos ao trabalho representam



interpretações culturais que variam conforme as diferentes sociedades e contextos históricos.

Para De Masi (2001), a concepção de trabalho, pelo seu legado contraditório significativo, persistiu como algo incutido na consciência humana, de maneira quase automática, que seu consentimento como algo que consome e oprime não excluiu sua posição essencial a que todos julgam depender.

Para Arendt (2010), no entanto, o trabalho representaria os estágios culturais do homem em sociedade, a atividade determinada pelo próprio homem, a fim de atender e exteriorizar as necessidades e criações humanas, aquilo que emprestaria da natureza certa imortalidade, ou seja, comportaria todo conjunto de condições criadas pela necessidade de subsistência e adaptabilidade humana, a que caracterizaria o artificialismo do mundo.

Dessa maneira, pode-se aferir que a representatividade do trabalho se desenvolve na correlação com os aspectos culturais e transformações sociais, econômicas, políticas, ideológicas das sociedades. O trabalho como expressão do homem enquanto ser cultural se encontra no movimento transformador da história e que, na sociedade capitalista, se apresenta com características peculiares.

### 3.3 Sentidos e significações

As significações atribuídas ao trabalho que o tornam essenciais à realidade humana, refletem diversos fatores subjetivos e em consonância com os valores de cada sociedade. Consoante às concepções, o trabalho confere a construção concreta do homem na sua dinâmica simbólica, como resultado da relação subjetividade e objetividade que se desenvolve em determinadas contextualizações históricas e estruturais da sociedade (MENDES, 1995).

A partir desta compreensão, Coutinho (2009) aponta que as questões sobre o sentido e significado do trabalho podem sofrer influências mediante as novas formas de organização estrutural do trabalho e, em certos estágios de desenvolvimento histórico social, refletir nas suas representatividades subjetivas.

Para compreender os sentidos do trabalho, alguns pressupostos partiam de fundamentos teológicos, a partir das contribuições narrativas que apresentavam o trabalho ora como atitude beatificadora, associado às lições bíblicas que

consideravam o reconhecimento da reprodução da obra divina e em outras, como pecado.

De tal modo, para Albornoz (2000), o trabalho também se sustentava nas justificativas que o apresentariam como forma de punição atribuída ao pecado inicial, fundamentando os princípios da sociedade religiosa cristã. Assim, as significações do trabalho, estiveram mediadas pelos fundamentos religiosos que influenciaram na sua forma representativa.

Ao considerar o exposto acima, Calvez (1995) descreve que a encíclica papal estabelecia a doutrina *laborem exercens* (o trabalho humano) como reconhecimento da participação e continuidade do exercício de espiritualidade estimada ao Deus como criador onde, no embate com a política de desenvolvimento para economia, esta reclamava ainda, a necessidade de se repercutir a conduta moral reconhecida pelo trabalho como possibilidade de manter harmonia social, influenciando, assim, nos modelos de justiça e bem estar da sociedade – atribuíram-se assim as influências da filosofia cristã para âmbito do Direito.

Para Morgado (2012), a filosofia cristã consubstanciou o reconhecimento das concepções em torno da dignidade da pessoa humana a que o princípio constitucional reconheceu e resguardou dentre os direitos fundamentais, concepções estas que se ajustariam segundo as organizações jurídicas das sociedades.

Reconhecimento este que se configurou como direito e que pode ser percebido nos expressos da Constituição Brasileira de 1988 que fundamenta a valorização do trabalho como realização que admite a apreciação da dignidade humana, em reconhecimento ao fundamento do desenvolvimento coletivo da sociedade (BRASIL, 2012).

Para Marx (1985) o trabalho assume o sentido histórico do homem como ser social, compreendido como a consolidação da relação homem e natureza. Sendo a *atividade vital* que estabelece o processo produtivo necessário para manutenção das necessidades e que, como resultado das formulações mentais, se nortearia na exteriorização do ser e condicionador da própria história, estendendo e afirmando os indícios de sua natureza consciente (humana) que o faz distinguir dos demais seres animais.

Ao se dedicar à compreensão da estrutura do capitalismo, Marx (2004) entendia que o trabalho na sociedade capitalista estava organizado por uma divisão

complexa que regulava as relações de produção que reforçavam as desigualdades sociais de classe por objetivar o lucro, impedindo assim, a emancipação da classe trabalhadora representada como proletária e conseqüentemente, tornando o trabalho como processo que perde sua dimensão vital humana e se apresenta na sua forma estranhada<sup>3</sup> – tão logo, conforme Veroneze (2014), instaurando a relação corrompida que garante a subsunção “natural” do trabalhador ao domínio do capital, e assim, autenticando as relações consideradas socialmente *coisificadas*<sup>4</sup>.

Ao interpretar Marx, Lukács (1979) considera o homem como ser social, cuja essência característica se manifesta pela atividade o trabalho, em que ao contornar uma exteriorização específica da sociedade organizada pelo sistema capitalista, se encontra engendrado por condições históricas e econômicas que o desumaniza, manifestando assim, o que Franco (2011) considera como o ‘despertencimento’ da natureza humana e social.

As explanações fundamentadas na expressão da práxis social de Marx se associavam ao trabalho como a ação prática, pelo qual se expõe e se desenvolve as potencialidades concretas da existência humana<sup>5</sup>. Uma concepção da realidade pratica que consubstancia o direcionamento político para o fim das contradições materiais e sociais (BOTTOMORE, 1988).

No entanto, dada as variações do capitalismo moderno enfatizado como flexível, as possibilidades de emancipação (incidem em despolitização das classes) são obscurecidas por novas formas de dominação e modificando as significações do trabalho, como um meio de subsistência que exige novas formas de habilidades e que refletem nas dimensões emocionais dos sujeitos (SENNETT, 2009). Assim

---

<sup>3</sup> Nas concepções de Marx e Engels (2000), as classes sociais sempre existiram como discrepâncias materiais históricas, de acordo com o modo de produção característico de cada forma organizativa das sociedades, ao que na sociedade capitalista tais antagonismos reaparecem em meio a condições complexas de dominação, porém possíveis de extinção, ao fundamentar sua teoria de classes pelo papel revolucionário da classe proletária, na retomada da consciência política rumo ao objetivo de mudança social.

<sup>4</sup> Segundo Mora (1978), ‘coisificação’ pode vir a se assemelhar ao termo *reificação*, que adveio da interpretação da palavra *Verdinglichung*, utilizada por Marx em seus manuscritos, do vocábulo *res=coisa*. Podendo abranger os processos de alienação do homem, o qual significava a perda da capacidade do homem (ser consciente) de julgar a realidade sensível, e a perda da capacidade perceptiva do homem (trabalhador) como autor do processo de produção de seu trabalho.

<sup>5</sup> Marx (2004), elaborando um novo conceito da práxis advinda da filosofia, utilizou como expressão de sentido político-revolucionário para desenvolver as compreensões do papel prático do homem enquanto ser livre, racional que nas condições de sociabilidade e confrontações atuando de maneira positiva (consciente) e *não-alienada*, confirmaria a noção de homem transformador da própria historia.

como em Dejours (1998) que considerou os impactos à saúde física e emocional do trabalhador dimensionado as novas formas de exploração e organização do trabalho no capitalismo flexível – essa nova forma de reestruturação produtiva atribuída à organização do trabalho, dessa forma, adentraram nas pronúncias que advogam as superações do trabalho enquanto categoria produtiva (ANTUNES, 2006).

### 3.4 Centralidade do trabalho na contemporaneidade

Na contemporaneidade, às discussões sobre o trabalho humano refletindo a sua representatividade enquanto expressividade e satisfação pessoal, e considerando seus processos de transformações estruturais, se desencadeiam as questões que insistem na reflexão sobre o seu próprio destino. Nessas articulações características que se atribuem a sociedade do trabalho, contrapõem-se as discussões que evidenciam uma constante estipulação de seu fim (MACIEL, 2011).

Para Antunes (2006), as mudanças estruturais consequente da experiência da organização produtiva flexível, desencadearam diversos questionamentos que repercutiram na representatividade do trabalho, fragilizando o seu caráter de expressão social, bem como as considerações reflexivas de Marx.

Segundo Antunes (2005), essas observações ainda estiveram segmentadas com base nos diagnósticos do papel político da classe trabalhadora, nas mudanças pela introdução das novas tecnologias aos processos de produção, na organização e utilização crescente do emprego do trabalho intelectual, os quais compreendiam as transformações morfológicas do trabalho para a contemporaneidade, mas que, no entanto, não confirmariam no que diz respeito à historicidade da sociedade capitalista a guisa das concepções de Marx, a descentralização do trabalho como expressão social e determinante para o processo produtivo do capitalismo, ainda que o trabalho na sua dimensão alienada se torne um aspecto recorrente e acentuado.

Contudo, Postone (2015) considera a necessidade de uma reinterpretação das teorias fundamentadas no desenvolvimento histórico da sociedade moderna, propondo uma nova compreensão que abranja o novo cenário a que o capitalismo se desdobra. Para o autor, o trabalho continua central como processo de sociabilidade e, sua forma característica, não resulta dos conflitos de dominação interpretados por Marx na modernidade, mas como consequência da dinâmica de

reestruturação que se desenvolve no capitalismo contemporâneo, dessa forma descartando a concepção marxista da emancipação de classes.

Assim como para Tonet (2005), as contradições históricas permanecem como resultado das desigualdades materiais intensificadas no capitalismo – como compreendeu o marxismo enquanto ciência relevante. Logo, o desenvolvimento da própria natureza do capitalismo, assim como as reinterpretações teóricas pautadas na sociabilidade adaptada, intensificam as consequências devastadoras que afetam as expressões socioculturais, o que não se conviria a retomar ao raciocínio impulsionador de uma mudança social.

Para Saviani (2003), no entanto, essas diversas narrativas teóricas surgem à margem das contribuições marxistas ao tentar compreender as consequências geradas pelo capitalismo às expressões subjetivas do homem representado na sua dimensão histórica e estrutural da sociedade.

Diante dos questionamentos que estimulam as investigações quanto à própria representatividade do trabalho, interagindo com as inclinações que insurgem nas reflexões sobre o sentido do trabalho humano, o ócio como fenômeno humano ressurge na contemporaneidade, invocando reflexões a cerca de sua representatividade, e ao considerar as dimensões que demarcam os tempos sociais nas novas formas de atribuições e experiências.

Neste sentido, De Masi (2000) sustenta que as transformações da sociedade rumo ao aperfeiçoamento do capitalismo tecnológico possibilitaria visionar uma nova sociedade, onde o trabalho conciliado com o tempo livre e o saber criativo traçariam o próprio destino do trabalho em valor do ócio como produtivo.

Para muitos estudiosos, ao se retomar a necessidade de discutir a categoria o trabalho como referência ao processo de formação subjetiva na sociedade contemporânea, o ócio, o lazer e o tempo livre se posicionariam como novas formas interativas às significações e orientações do ser (AQUINO; MARTINS, 2007). Ou mesmo uma nova representação do trabalho se manifestaria devolvendo as significações criativas e satisfatórias ao trabalhador (DE MASI, 2000).

Assim, refletir as experiências do ócio articulado ao desenvolvimento da subjetividade na dinâmica complexa da sociedade contemporânea, expressaria a relevância aos aspectos significativos que influenciam na representatividade das mesmas.

Para Costa (2009), a representatividade do *tempo-de-trabalho* e de *não-trabalho* pode se diferenciar de acordo com as condições e percepções das diferentes sociedades e, na contemporaneidade, se caracteriza demarcado pelo tempo organizado em torno da preponderância do trabalho cujo tempo direcionador às experiências de sociabilidade e cognição refletem-se nos hábitos e interpretações da sociedade.

Nessas percepções, dialoga-se ao conceito de contemporaneidade, este que reflete as características complexas que retomam as reflexões sobre o destino do homem situado no tempo em que se pronunciam rupturas e prolongamentos das características da modernidade.

Para tanto, anunciar o período histórico como contemporaneidade esbarraria na necessidade de uma apreensão profunda dos diagnósticos da modernidade. Recorrendo igualmente às críticas a que Giddens (1991) fundamentou, sobre a necessidade de primeiro se relançar para as questões das consequências extensivas e não superadas da modernidade, antes de qualquer formulação de ruptura como aquelas proferidas de pós-moderna, hipermoderna, etc.

## CAPÍTULO IV

### 4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Inicialmente, identificou-se o perfil dos trabalhadores vinculados ao DERCA considerados para o estudo, como sendo servidores públicos cuja idade varia entre 46 a 72 anos, com média salarial mínima de dois salários mínimos, investidos em cargos<sup>6</sup> de auxiliar e assistente administrativo. Estes, segundo a Resolução nº. 09 do Regimento Geral instituição, é constituído por servidores que exercem atividades técnicas, administrativas ou operacionais de qualquer natureza e cujo ingresso na carreira depende de habilitação em concurso público de provas e títulos, na forma da lei e se faz em nível inicial do cargo de sua carreira.

Assim, considerando as proposições do que se infere serem as possibilidades de ócio aproximadas aos aspectos satisfação, motivação e criatividade apresentadas por De Mais (2000) e, diante do que se considera a categoria ampliada do trabalho na contemporaneidade (ANTUNES, 2006), o estudo se propôs a refletir a representatividade do ócio para a dimensão do tempo social de trabalho.

Logo, considerando a perspectiva Woleck (2002) de que o reconhecimento do trabalho como emprego configura o principal fundamento para a concretização de uma vida que assegure a condição de segurança e satisfação, questionou-se aos entrevistados quais os motivos que os levou a ingressar na carreira pública, tendo os seguintes relatos:

E01: “[...] na época, eu era muito jovem e foi primeiro concurso da UNIFAP. Eu fiz o concurso e passei. Até então, eu nunca tive interesse em fazer outros concursos e cá aqui”.

E03: “[...] bom, na época eu não atentei ser servidor público da UNIFAP. Eu queria trabalhar. Eu era bem novo. Tinha perdido a minha mãe e eu tinha que trabalhar e seguir a vida... Então eu fiz o concurso. Na época que eu fiz o concurso ainda era pra cargo funcional. Então na época em que a gente entrou, o governo Collor acabou e aí a gente ficou no funcional”.

Quanto aos relatos iniciais, verifica-se que estes convergem com o pensamento de Marx (1985), que aponta o trabalho como o necessário organizador

---

<sup>6</sup> A Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que estabelece o Regimento Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e das Autarquias, descreve o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser acometidas a um servidor. Segundo esta, a expressão servidor público presente na Constituição Federal Brasileira (1988) refere-se a todos aqueles trabalhadores, ocupantes de cargo público, com atribuições vinculadas ao Estado, compondo o quadro da administração direta e indireta.

da sociabilidade humana na sociedade capitalista contemporânea, e de Antunes (2005), que descreve o trabalho como a condição principal que impulsiona o atendimento das necessidades humanas (ainda que as mudanças em curso, no processo de significações do trabalho, resultem de imbricações complexas).

De tal modo, os relatos de outros três servidores indicam a busca pela estabilidade como fator decisivo no processo de motivação que os levou ao investimento em cargo na universidade pesquisada:

E02: “[...] bem, na verdade era estabilidade. Você procura fazer... [sic] Quando você procura fazer um concurso público, você procura a sua estabilidade, você procura ter um plano de carreira pra que no final você tenha uma aposentadoria que possa garantir a sua velhice”.

E04: “O que me motivou foi à questão da estabilidade. Estabilidade mesmo. Emprego... A segurança de ser servidor. Hoje a gente sabe que ser servidor... [sic] Quando a gente faz concurso pra servidor público, a gente tá em busca mesmo da estabilidade, da segurança”.

E06: “[...] Eu comecei [trabalhando] em loja. Aí quando fui atentar... Não, eu tenho que tentar ser servidor público [!]. Até porque abre vários leques e também é uma coisa que segura [sic]. A gente tem a segurança que não vai sair, a não ser que faça uma coisa bem errada, não é? Mas aqui é uma coisa muito segura”.

As respostas dos entrevistados são, portanto, concomitantes ao exposto por Antunes (2005), o qual expõe a tendência em se posicionar a centralidade do trabalho como representatividade não somente dos aspectos econômicos, mas também dos aspectos psicológicos.

Para Mendes (1995), o trabalho representado como uma constante busca de sentido humana pode se manifestar como sentido de satisfação ou sofrimento, dependendo, dessa forma, de que as condições externas atendam ou não aos desejos subjetivos. Em consonância a esta perspectiva, Rhoden (2009) expõe que há uma correlação existente entre as possibilidades de manifestação de ócio e as sensações de autodeterminação, nas quais as motivações externas influenciam nas motivações subjetivas.

Notam-se também nas respostas dos entrevistados, as incertezas decorrentes das atuais configurações do trabalho, tais como a crescente competitividade pela valorização do trabalhador especializado e o aumento de desemprego, presentes nas referências ao trabalho como fator de ‘*estabilidade*’ (E02 e E04) e ‘*segurança*’ (E04 e E06), e na atribuição dada ao serviço público como



garantia para '*realização pessoais*' (E06) através de um plano de carreira que conduz para uma '*boa aposentadoria*' (E02).

Dessa maneira, se consideradas as condições de trabalho disponíveis aos sujeitos da pesquisa, o tempo e desempenho das atividades desenvolvidas como forma de analisar as sensações e possíveis influências que se associam às experiências de satisfação, identificar-se-á uma articulação destas aos atributos que se representa o ócio – tal como propôs Rhoden (2009), ao caracterizar as sensações possíveis que se configuram em ócio, representadas a partir das manifestações de autorealização (autotélica) que favorecem o bem-estar e o desenvolvimento pessoal.

Por outro lado, dado ao fato da Universidade Federal do Amapá ser uma instituição de ensino superior relativamente nova (apenas 26 anos de existência) e, portanto, se encontrar em pleno processo de expansão em função do aumento na oferta de cursos e, conseqüentemente, no número de acadêmicos atendidos, a sobrecarga de serviço e a infraestrutura disponível têm importante papel no processo profissional e no desenvolvimento satisfatório das funções alusivas ao setor.

Assim, quando indagados se a estrutura física disponível para o departamento estaria compatível com as atividades relativas às suas atribuições e se estas favoreciam o seu desenvolvimento satisfatório, os servidores entrevistados responderam da seguinte maneira:

E01: "Olha, nossa estrutura é nova. [...] de cem por cento ela agrada sessenta por cento só... Quarenta por cento. Ela deixa, assim, a desejar porque nós trabalhamos com documentos antigos [...] com arquivo. [...] trabalhamos muito com todo esse material: é pasta de aluno antiga... E não temos uma pia para lavarmos a mão dentro do nosso local. Um banheiro, um espaço digno. Nós temos contato com tudo, respiramos as bactérias que tem nos papéis antigos. Então o ideal seria termos um gabinete para trabalharmos, isolados da documentação".

E02: "[...] atualmente sim. Atualmente o ambiente é bem agradável, aconchegante. O espaço está bom assim: tranquilo".

E03: "[...] hoje em dia já melhorou bastante. [mas ainda] Não está de acordo com o que realmente a gente tem que trabalhar que é equipamento, material com pauta".

E04: "[...] agradecer, agrada. Não esta de acordo com que a gente esperava, mas agrada sim".

E05: [...] "hoje com certeza a estrutura está muito boa".

P: "E antes não?".

E05: “Não”.

E06: “[...] agora sim.”

P: “E o outro não?”.

E06: “o outro era terrível... Mas agora sim”.

Com base nas respostas dos participantes E01 e E03, percebe-se certo sentimento de insatisfação quanto à carência de aspectos básicos que auxiliam no trabalho, como materiais e equipamentos que os servidores consideram como necessários. Da mesma maneira, nas respostas se percebe ainda o desagrado ao expressar o estado e condições dos documentos manejados, caracterizados como antigos e empoeirados – o que leva alguns servidores a perceber estes como possíveis comprometedores da saúde, dado o contato com os mesmos.

Como sugestão para solução do problema relatado, o entrevistado E01 aponta a criação de uma área isolada especificamente destinada para alocar a documentação antiga, bem como se subteme nas respostas a necessidade de uma estrutura exclusiva para a limpeza e/ou desinfecção dos servidores. Convém mencionar, no entanto, que o espaço físico atual onde funciona o Departamento de Registro Acadêmico da UNIFAP, é um prédio novo, inaugurado a cerca de um ano.

De acordo com as reflexões de Oliveira (2003), a insatisfação quanto ao conteúdo do trabalho pelo trabalhador ocorre quando as estruturas psicológicas entram em conflito com a organização e adaptação do trabalho, comprometendo os aspectos motivacionais.

Assim como para Dejours (1998) que expõe que, são no universo do ambiente de trabalho que se estruturam as relações representativas que influenciam no desenvolvimento da subjetividade, representadas em consonância com as atribuições. E quando nessas condições o trabalhador alcança o prazer, isso decorre de estratégias que se desenvolvem como forma de minimizar as limitações e alcançar os objetivos, do contrário, ocorre sensações de desagrado, de desprazer – o que possivelmente, conflitaria com as experiências de ócio que, segundo Rhoden (2009), se articulam com as características de experiências fluidas de controle total de quem vivencia, sem o peso percebido da intensidade do tempo, sem a preocupação do fracasso ou da exclusão.

Dessa forma, ao analisar o exposto pelos trabalhadores entrevistados, verifica-se que, apesar do reconhecimento de agradabilidade descrita pelo servidor E04, ainda ocorre uma insatisfação com a ausência de algo, seja este em relação

aos materiais e instrumentos necessários ao desempenho das atribuições, seja pelo não atendimento de alguma expectativa pessoal. Articulado a esta concepção, pode-se considerar possíveis entraves às experiências de ócio que, de acordo com Aquino e Martins (2007), dimensionam-se segundo a conservação e restabelecimento da saúde física e psicológica.

Quando questionados sobre a existência de desconfortos físicos e/ou psicológicos, ou mesmo algum desconforto decorrente de conflitos interpessoais na dinâmica do trabalho, os mesmos relataram o seguinte:

E01: “Não. As pessoas com quem eu trabalho são muito agradáveis. Nós temos um bom entendimento, trabalhamos em equipe, sempre nos demos muito bem e sempre conversamos em relação a mudar alguma coisa. Nós perguntamos um ao outro o que acha que deve mudar, se não deve mudar ou porque mudar. A gente tem uma companhia muito boa”.

E03: “Não. Com os colegas tem, assim, umas desavenças com relação a conflitos de ideias, profissionalmente. Mas com relação à saúde... Eu não sei se pelo trabalho... Fui saber que eu tinha câncer. [...] eu fiquei bom. [isso em] dois mil e treze”.

E04: “Com relação, assim, ao desconforto, [apenas] depois que eu entrei na universidade. Eu fui muito tranquila com relação à questão da visão. Mas depois que eu entrei na universidade, com essa questão da tecnologia, de ter que lidar com computador, eu enfrentei essa dificuldade. A questão da dor nas costas [também], por fazer um serviço que é tido como burocrático né? São as principais situações, com relação à saúde mesmo. Mas com relação aos servidores, eu tenho um ótimo relacionamento com os meus colegas de trabalho”.

E06: “[...] conviver com o ser humano já é uma situação que você tem que saber conviver. O ser humano, em geral é meio complicado não é? Mas a gente se dá bem, eu tenho essa facilidade de... Tanto que eu estou aqui”.

P: “Algum problema de saúde?”.

E06: “[...] Sim. Eu já tive hipertensão arterial, essas coisas todas. Eu faço tratamento”.

P: “Mas você atribui à atividade? Tem haver com o trabalho?”.

E06: “Não, não. Foi emocional. Não foi com o trabalho... Foi perda de mãe. No trabalho, não. Gosto do que eu faço”.

Como resposta, três participantes (E01, E03 e E04) consideraram ter um bom relacionamento com as pessoas que convivem no ambiente de trabalho, declarando que os embates interativos condizem com a participação coletiva rotineira da resolução das tarefas.

Quanto aos possíveis desconfortos relacionados à saúde dos trabalhadores em seu ambiente de trabalho, o participante E04 relacionou os seus problemas de visão ao uso constante de tecnologias necessárias para o desenvolvimento de suas

tarefas, bem como as dores nas costas, associadas como reflexo característico de atividades apontadas como burocráticas.

Quanto a este aspecto, Mendes (1995) explica que a forma de organização do trabalho e suas características típicas podem influenciar na percepção de satisfação ou insatisfação do conteúdo significativo do trabalho. Mas que, no entanto, por não se dissociar a dimensão subjetiva do trabalhador à atuação do trabalho, possibilita-se a manifestação de posturas adaptativas aos possíveis sofrimentos que configuram a representatividade do trabalho.

Indagados quanto o grau de desempenho exigido às atribuições de seus cargos, se suas funções exigem muito ou pouco esforço, os trabalhadores entrevistados descreveram:

E01: “[...] no momento nós temos muito trabalho. Mas quando nós organizarmos tudo, eu acho que fica mais *light*. Por que, devido à mudança de um prédio para outro... Aí há a falta de material que nós não temos também... Para colocar o arquivo... Nós ficamos aguardando a vinda de armários que recebam as pastas novas... Precisamos de pastas, que também não tem... Então a gente está assim, há um ano nos organizando”.

E02: “[...] exige muita dedicação porque é um trabalho, é um cargo de confiança, é um cargo que você tem que ter controle das suas ações assim dentro do seu trabalho, do meu trabalho”.

E03: “[...] exige sim muita dedicação, de ter atenção da demanda acadêmica, dar melhor ciência ao aluno, da matrícula do aluno... O que a gente pode”.

E04: “Exige. Não esforço físico, mas exige muita dedicação. [...] Exige esforço psicológico com relação aos colegas, em ter que lidar... A gente tem que fazer leituras, lidar com legislação. É esforço, no sentido de [ter que] dar respostas a chefia”.

E05: “Exige bastante dedicação. Dedicação, concentração para realizar as atividades da divisão que é de matrícula. Tem a divisão de matrícula, tem a divisão de emissão de documentos. E a matrícula não envolve só a matrícula do processo seletivo, e sim a matrícula do curso da graduação, da pós-graduação...”.

E06: “A minha! E muito... e muito. É uma coisa que eu gosto, uma coisa que eu fiz, que tem tudo haver com relações humanas: gestão. No caso de atendimento, essas coisas, então... É por isso que eu estou aqui, porque eu gosto do que eu faço”.

Nota-se, portanto, que para o participante E01, a intensidade de esforço no desempenho das funções possui direta relação com as condições de trabalho condizentes com a disposição dos materiais necessários aos desdobramentos das atividades alusivas a cada cargo. Para os demais participantes (E02, E03, E04, E05

e E6), no entanto, o desempenho de suas atribuições exige muita dedicação, principalmente por se tratar de cargos que demandam responsabilidade e conhecimento para resolução os diversos problemas relacionados ao público discente; por exigir certo esforço psicológico ao considerar as relações interpessoais; por exigir habilidades técnicas para tratar os registros acadêmicos, a concentração no processo de emissão de documentos de maneira geral; e por se caracterizar por função de atendimento às pessoas.

Quanto às condições de trabalho, Dejours (1998) acredita que esta pode ser entendida não somente como as condições sociais que organizam as relações no ambiente de trabalho, mas as condições físicas, biológicas, materiais e psicológicas, que influenciam na satisfação e/ou na busca de satisfação por meio de possibilidades encontradas.

Sennett (2009), ao enfatizar o senso de responsabilidade para alcance do sucesso, explica que o desempenho das habilidades de trabalho na contemporaneidade, sob a organização caracterizada como flexível, desencadeia angústias e autoavaliações quanto ao desempenho – o que cria os comprometimentos no que se refere às experiências emocionais.

Portanto, percebe-se nas respostas que o grau de esforço e dedicação se articula às exigências de posturas proativas, em que a intensidade percebida pelos trabalhadores se acomoda como experiências rotineiras, relacionadas às atribuições do cargo ocupado – dessa forma, condicionando a resoluções de problemas no que se refere a responder ao público acadêmico e superior interno e aos ditames de habilidades internalizadas que determinam certo ritmo.

Articulado a isso, apresenta-se que a questão da liberdade percebida como faculdade das experiências de ócio no tempo de cadência do trabalho dos trabalhadores, pode estar minimizada pela própria dinâmica organizativa do trabalho. Esta ideia converge com a percepção de Rhoden (2016), que entende que a significação subjetiva de tempo percebida por meio de experiências pessoais pode sofrer alterações na qualidade de seu sentido e experiência, ao considerar fatores externos e subjetivos que interferem no discernimento de experiências significativas, como as que sugerem as vivências emocionais de ócio.

Convidados a estabelecer uma reflexão quanto às percepções de experiências motivadoras e satisfatórias que podem auxiliar na ideia de ócio,

indagou-se aos trabalhadores entrevistados se estes se sentem satisfeito com a relação tempo/ambiente de trabalho. Os mesmos expuseram que:

E01: “Sim, eu [me] sinto, sabe? Não destrato os outros. Às vezes eu me aborreço, mas não é aquela coisa de dizer ‘ah, eu vou-me embora’. Tá, o nosso trabalho é um pouco desgastante, mas não vamos dizer que ele vai tirar a saúde da gente”.

E02: “Sinto. É um tempo que eu dedico atualmente na instituição. É muito bom”.

E03: “Em partes. Em outras partes tenho culpa de... Nesse tempo todo de universidade, eu fiquei com preguiça de estudar. Já tentei fazer duas vezes graduação e sempre paro no meio do caminho. Mas eu gosto do trabalho que eu faço aqui no DERCA, eu gosto de atender as pessoas”.

E04: “Não. Não me sinto realizada no meu local de trabalho, não. Acho às vezes que a gente ainda não é reconhecida pela chefia, eu acho que a gente se sente... Pelo menos na minha opinião... A gente se sente realizada quando a gente percebe que o trabalho está agradando, de que a gente é reconhecido. Não, pelos amigos, mas no próprio local, internamente eu percebo que às vezes a gente só é reconhecido quando a gente é chamado: ‘ah! vem aqui fulaninha pra fazer o trabalho tal’. Mas o reconhecimento mesmo, eu acho que não existe”.

E05: “Sim. Eu gosto muito do que eu faço”.

E06: “Sim... Sim”.

Dos entrevistados, quatro participantes (E01, E02, E05 e E06) afirmaram se sentir realizado em seu tempo dedicado ao trabalho no departamento, justificando gostar do que fazem. Contudo, o participante E03 percebe o tempo dedicado ao trabalho como algo que afeta a sua realização pessoal, pois segundo o mesmo ocorre uma incompletude consequente do impedimento de direcionar a escolhas pessoais, como estudos, dado o tempo dedicado ao trabalho na universidade. No entanto, o mesmo participante afirma “gostar do que faz” como uma possível justificativa ou consolo para qualquer frustração.

Ainda quanto os aspectos de satisfação no ambiente de trabalho, o participante 04 aponta a necessidade de reconhecimento profissional como pressuposto para a realização pessoal. Convém ressaltar que Dejours (1949) compreende que o ambiente de trabalho contribui para o empenho de habilidades e reabilitações de significações subjetivas.

De tal modo, Rhoden (2009) compreende que a relação de alteridade influencia na significação subjetiva da qualidade da vivência, por se manifestar a partir da assimilação e interação do ser com o mundo, podendo, dessa forma, se

articular às percepções que qualificam as experiências de satisfação ancorada como experiências de ócio.

Considerando que o trabalho se concede como atividade de sociabilidade imprescindível para a construção da identidade (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007) em que podem ocorrer as possibilidades do homem se reinventar (OLIVEIRA, 2003), com o objetivo de refletir a percepção dos significados atribuídos a atividade o trabalho, indagou-se aos entrevistados sobre a representatividade do trabalho. Os mesmos realizaram as seguintes considerações:

E01: “Olha, o meu trabalho representa tudo. A minha vida financeira, social, família... Tudo depende do meu trabalho. Então o meu trabalho, ele é a minha segunda opção na vida, não é?”.

E02: “Representa tudo na minha vida, porque a cada dia eu agradeço imensamente o meu trabalho, agradeço a deus em poder sair para trabalhar, quando... Sabendo que hoje em dia são quase doze milhões de desempregado, então eu agradeço o meu trabalho todos os dias”.

E03: “[...] na minha concepção o que representa... Representa assim... Como eu posso te falar... A valorização como pessoa, com dependência financeira, com bem estar social. Apesar de que a gente não consegue muito em nosso país com o salário. Devia ter benefícios quanto ao lazer – que a gente não tem. Da melhor maneira possível eu acho que o trabalho dignifica o homem”.

E04: “O trabalho é uma parte da minha vida. Por que eu passo oito horas da minha vida por dia, com exceção dos sábados, domingos e feriados no meu trabalho. Então eu procuro trabalhar na melhor forma possível, tendo prazer também, como com pessoas, tendo um bom relacionamento com os colegas, respondendo as questões que são do meu setor, fazendo o meu trabalho de maneira adequada: com compromisso, cumprindo os meus horários. Acho que o bacana de tudo isso é isso o prazer de trabalhar. Claro que a questão salarial é importante, mas além de tudo isso é a gente está fazendo aquilo que a gente gosta, com prazer de que tá dando certo, de que a gente está tendo resposta, de que alguma forma o seu trabalho tá surtindo algum efeito, mas tá sendo reconhecido. Ainda assim, eu acho que falta reconhecimento”.

E05: “O trabalho, além de nos fornecer o salário, o trabalho é uma atividade que desenvolve todo o teu corpo, tua mente. E ele te dá prazer, principalmente quando você trabalha naquilo que você gosta, naquilo que você ama”.

E06: “Representa a minha vida, representa meu *pilates*, representa a minha segurança, representa assim... O proporcionar de melhor de qualidade social pros meus filhos”.

De acordo com as respostas dos participantes fica claro o reconhecimento do trabalho como meio que subsidia as necessidades humanas de estabilidade financeira, de reconhecimento social (E01, E03 e E04), de busca de bem estar social

(E03) e prazer (E04 e E05). Nos discursos percebe-se também o reconhecimento do trabalho no serviço público como garantia de estabilidade econômico-financeira (E02 e E06) e como forma de proteção frente aos sentimentos de insegurança e exclusão social representada pelo desemprego (E02).

Quanto a estas perspectivas, Castel (1998) compreende que o trabalho como meio de referência econômica, psíquica, cultural e simbólica, continua central na estruturação de vivência da sociedade denominada salarial, condicionando todas as formas organizativas da vida, bem como o tempo livre e o lazer. Portanto, o medo da sensação de exclusão desse processo de inserção social pelo trabalho determina a centralidade para a construção identitária do indivíduo.

Para Martins (2016), as discussões sobre o tempo social possibilitam diversas abrangências. Contudo, ao se explanar discussões sobre ócio, lazer e tempo livre na contemporaneidade, se propõe a situá-lo em uma mensuração qualitativa, onde o sujeito se torna o principal reconhecedor de vivências de sentido.

Assim, no que se refere à abrangência da questão de praticas de lazer e possibilidades de ócio, indagou-se sobre o que estes servidores públicos fazem no tempo em que não se situam no espaço-tempo de trabalho. Os mesmos descreveram:

E01: “Ah, eu sou doméstica. [...] eu limpo casa, aí agora eu estou estudando e vou para a faculdade aos sábados. Faço curso de graduação de administração à distância... O meu tempo livre não ficou muito livre agora. Eu tenho menos lazer do que eu tinha antes porque estamos terminando. Graças a deus”.

E02: “[...] o meu tempo livre é cuidar da minha casa e o único hobby que eu tenho é a academia. Este é meu tempo que eu vou mais, que eu dedico... E aos domingos é um momento de agradecer a deus, as semanas, os amigos só”.

E03: “Eu gosto de está em casa. Assisto TV, documentário... Eu assisto muitos documentários”.

E04: “[...] eu procuro me divertir. Vou ao cinema, vou a festas, vou para barzinho... Eu faço uma atividade física por semana, eu corro e participo de uma assessoria de corrida. Eu faço minha musculação... Além disso, eu procuro me divertir indo para o barzinho, indo para as festas com os amigos, enfim”.

E05: “No meu tempo livre, que é nos finais de semana, eu prefiro descansar, dormir. Descansar, ficar mais em casa. Eventualmente a gente vai para um lazer”.

P: “Mas você sente falta? De fazer outras coisas?”.



E05: “Sinto. Sinto falta sim, principalmente de lazer, de sair mais, de conhecer mais pessoas, de visitar os nossos parentes, os nossos irmãos. No momento não estou mais indo, não é? Eu estou um pouco ociosa”.

E06: “De não trabalho? Ah, eu gosto de ter vida social e em casa com os meus filhos... E qualidade de vida também... Agora eu comecei... eu faço uns quatro meses atividade física”.

P: “Mas faz por que gosta?”.

E06: “É. Graças a Deus agora eu me encontrei. Antes não tentava, mas agora eu consigo um pouquinho”.

Observa-se nas respostas dos entrevistados que, na maioria dos relatos (E01, E02, E03, E05, E06), o tempo livre se encontra dimensionado às preferências de permanecer em casa, seja por ocupação com tarefas domésticas (E01 e E02), por estudos (E01) ou reestabelecendo laços de comprometimento familiar (E06) e/ou religiosos (E02). Em outros casos, o tempo livre é preenchido por atividades sociais com o objetivo de divertimento de lazer e/ou prática de exercícios físicos (E02, E04 e E06) – disponibilidade ao qual se atribuiu o reconhecimento de qualidade de vida.

Dumazedier (1979) explica que o tempo livre se refere ao tempo social desprendido do tempo de trabalho, propício ao desenvolvimento de práticas de lazer e suas diversificadas funcionalidades pessoais e autossatisfatória, sejam estas de descanso, de divertimento, de sociabilidade etc.

No entanto, existem barreiras instituídas pelo próprio equacionamento da sociedade que pode influenciar em direcionamentos conformados no ambiente, realidade social em meio a obrigações pessoais, principalmente quando às representatividades sociais atribuídas às mulheres. Para Rhoden (2016), estas barreiras constituem comprometimentos que recaem nos tempos de escolhas pessoais, dada a ocorrência de uma preparação maior para o tempo disposto, entre os cuidados com a casa e a família.

Indagados quanto às oportunidades para utilização de programas e/ou espaços possíveis para práticas de lazer ofertadas pela instituição, constatou-se o desconhecimento de oportunidade de lazer como possibilidades ao tempo livre, seja pela inexistência de oferta (E02), por não se sentirem informados sobre a existência de tais programas (E04), ou pela confirmação de que tais programações de lazer são pouco duráveis (E01, E03 e E05) ou descontinuados – o que se mostra um problema ao se considerar a importância de uma boa qualidade de vida no trabalho.

Com base nas indicações dos entrevistados, buscou-se levantar as ofertas de programas institucionais destinados às vivências de lazer para os servidores

públicas, dimensionadas a UNIFAP. Constatou-se a existência de uma cartilha denominada 'Plano de ação de 2017 da Divisão de Qualidade de Vida' (UNIFAP, 2016), desenvolvida em conjunto com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, disponível na página virtual da instituição. O documento apresenta as definições e o planejamento estratégico para o período que compreende o ano 2017 ao ano 2020, expondo os objetivos e cronogramas de ações que se referem à ampliação de serviços e programas de saúde e lazer, destinados aos servidores e dependentes como justificativa de valorização humana e profissional do servidor. No entanto, se considerado as afirmações dos entrevistados, é possível que a cartilha apresente falhas em termos de divulgação interinstitucional das ações realizadas e ofertadas aos servidores.

Wogel (2007), ao refletir o tempo livre com predisposições às sensações de ócio, como as de prazer e satisfação das necessidades e prazer, avalia que estas se manifestam dada a ocorrência de escolhas livres e queridas – o que complementa as acepções de Aquino e Martins (2007), que consideram que o tempo livre como possibilidades para experiências verdadeiras de ócio deveria se manifestar com maior grau de autocondicionamento do sujeito. Assim, convidados a refletirem entendem por '*tempo livre*', obteve-se as seguintes respostas dos entrevistados:

E01: “[...] você fala de tempo livre, mas de quê? Trabalho, casa... Eu estou precisando de um tempo livre, de casa, de trabalho, de filho, de marido e de tudo. Porque tudo isso requer um tempo da gente. Porque você tem que ter tempo para o esposo, para os filhos, para você mesmo. Então hoje eu, no momento, eu estou pensando em mim. Hoje eu quero um espaço livre pra mim, um canto assim em que eu pudesse ficar sem ninguém a me incomodar, ou um lugar em que eu fosse ter um lazer. Mas eu queria, assim, um lazer com outras pessoas e não com a família, porque a família hoje tá assim... Insuportável”.

E02: “Tempo livre é o momento que você tem pra fazer uma verdadeira reflexão sobre sua vida. Aquele momento que você não tem trabalho, que você não está fazendo nada, que você... É só pra você organizar a sua vida e está no bem bom”.

E03: “O tempo livre pra mim é uma palavra abrangente. [no] tempo livre você pode ficar deitado, ler um livro, ir ao cinema, fazer um monte de coisas... Depende da sua vontade e das oportunidades que você tem”.

E04: “Tempo livre é um tempo que eu dedico a minha pessoa. Sem trabalho, sem responsabilidades... Sem responsabilidades de está respondendo as atividades da universidade mesmo. Meu tempo livre é estar sem fazer nada, livre... Livre de tudo, livre dos compromissos do meu trabalho. Tempo livre para mim... O que é tempo livre? É eu fazer uma atividade física, porque eu estou escolhendo. É livre, é de minha livre escolha. É fazer minha unha, meu cabelo... É eu ir. Nesse sentido”.

E05: “[...] é o momento que você tem que se dedicar para você, para sua família, não é? Já que você passa trabalhando de segunda a sexta, tem que procurar tempo livre para ler, para passear, para ficar com a família”.

E06: “Tempo livre significa ter acho que liberdade. *Tu* se encontrar na tua família se ‘*tu puder*’. Ter tempo livre de voltar para casa... Entendeu? Ter condição”.

Percebe-se nos discursos colhidos o uso do termo ‘tempo livre’ como similar às acepções de ‘liberdade’ expostas pelos entrevistados, apresentadas como algo desejável (E01) ou como parte de uma reflexão particular (E04). Entre os argumentos exibidos, apresenta-se ainda o desejo de experimentar novas vivências (E01), o de ‘não fazer nada’, no sentido relacionado a compromissos de trabalho (E02 e E03) e o de apenas descansar e fazer aquilo que gosta, dedicando-se a família e/ou aos cuidados pessoais – mas sob a premissa de *liberdade* das responsabilidades que representa o trabalho ou diferente dos aborrecimentos da vida diária.

Quanto a isto, Martins (2016) compreende que o sentido de tempo livre conduz a um tempo oposto ao trabalho, transparecendo uma representatividade negativa do mesmo pela necessidade de se sobressair à imposição referencial de *tempo de trabalho*. Assim, entende-se que o tempo livre pode se apresentar como conflitante ao tempo de trabalho e obrigações, pois esta atribuição de liberdade corresponde à necessidade de superar os ditames, os compromissos diários que desorganizam as oportunidades de escolha.

Como forma de refletir os impedimentos que poderiam minimizar as oportunidades de escolha, questionou-se sobre quais fatores impediriam as realizações pessoais de *tempo livre* e lazer. Os mesmos apontaram que:

E01: “A parte financeira é algo que impede, não é? Mas também, assim, é a decisão de ir. Eu acho que eu estou numa fase que, às vezes, eu quero fazer e não posso por causa da parte financeira. Por que um tempo livre, um tempo que *tu* poderia tirar para o lazer, eu poderia ir *num* terreno. Aí para ir *num* terreno teria que ter combustível e para *mim* ter combustível precisa ter dinheiro para comprar. Às vezes o transporte... Isso tudo é uma coisa que acumula a outra. [...] eu fui em Belém, só que um dia. Eu fui num voo da madrugada, digamos de quarta pra madrugada de quinta. Mas foi tão bom pra mim [!]. Eu passei o dia andando e parece que aquilo me revigorou, sabe? Respirar um outro ar... Por que eu estou sufocada devido muitas situações na minha vida. Mas foi muito bom... Um dia só”.

E02: “o financeiro assim ele bate de frente, de poder realizar assim outras coisas que gostaria de fazer”.

E03: “[...] o financeiro é fundamental pra você ter lazer legal. Às vezes você mesmo, o seu trabalho te prende um pouco de ir pra curtir. Mas o fundamental, eu acho, é você querer e ter dinheiro pra da melhor maneira você conseguir”.

E04: “É o financeiro mesmo, porque outras coisas não me impedem de ir... Ou o trabalho, hoje”.

E05: “Compromete a questão da mente, não é? Do corpo em si. Por que você passa a semana inteira trabalhando e quando você tem um tempo livre você não vai usufruir daquilo que você tem direito, daquilo que deus está dando pra *ti* aproveitar cada dia, cada momento e, para acontecer isso, eu tenho que querer, eu tenho que me dispor, eu tenho que está disposta para fazer mentalmente, com certeza e fisicamente”.

E06: “[...] abrange de tudo um pouco, não é? Não, mas aí eu já trabalhei, eu já estou trabalhando isso, o importante é viver. O importante é você ser saudável, cada dia você está pedindo a Deus que você acorde, que você possa trabalhar... Então eu não estou me prendendo mais quanto a isso. Entendeu?”.

Conforme as respostas se confirmam às concepções de barreiras que se relacionam ao próprio trabalho (E04) e ainda aos aspectos que se relacionam ao fator financeiro no que se refere o usufruir de escolhas queridas, desimpedidas no tempo livre e praticas de lazer (E01, E02, E03 e E04). Além destes, os trabalhadores reconhecem a decisão pessoal relativa ao querer, pois segundo os mesmos, o fato de querer requer alguma disposição pessoal para se realizar as experiências de tempo livre – o que muitas vezes tende a ficar comprometida pelo cansaço do trabalho (E05) ou mesmo pelo caráter secundário ao posicionar o trabalho primeira importância (E06).

Neste aspecto, Rhoden (2016) expõe que o tempo livre com direcionamentos pessoais, queridos, frente a aceleração da contemporaneidade, acaba por limitar as experiências livres, onde as vivências motivadas e libertárias esbarram no imediatismo, nas obrigações, nas adaptações de compromissos e essas condições de rigidez não proporciona a clareza moral de encontrar no tempo a introspecção para investir em escolhas significativas.

Quando indagados sobre o que o lhes vem à mente quando ouvem o termo ‘ócio’, os entrevistados responderam:

E01: “Ocioso?”.

E02: “Ociosidade. É uma pessoa que não faz nada, não tem... Não liga pra nada. Aquela pessoa com ócio que não quer nada com a vida”.

E03: “Pra mim, quando as pessoas falam em ócio tem assim um termo pejorativo, negativo. Porque para as pessoas, quando o ócio dá, não dá vontade de fazer nada... É tipo assim, você ser vagabundo”.

E04: “Quando eu vejo o ócio, eu vejo como... Como algo de que *você* está sem um compromisso, sem uma responsabilidade com relação ao trabalho. Então, o ócio para mim é o não fazer nada relacionado ao trabalho, é o meu tempo livre mesmo para resolver as minhas situações, para fazer aquilo que eu tenho necessidade de fazer”.

E05: “Para mim eu vejo como ocioso. Não fazer nada, não se envolver com nada”.

E06: “Para mim é corpo. [...] e corpo é isso o que eu interpreto. O ócio tem haver com corpo... Eu acredito, não sei”.

Para Cuenca (2016) pode se falar em tempo livre como disposições sociais. Mas, na concepção do ator, o ócio como experiência subjetiva somente se torna possível para quem o reconhece como tal. Logo, quando abordado a temática do ócio, é comum o julgamento negativo e as impressões de desconfianças sobre o tema a ser estudado, ainda mais quando o fenômeno do trabalho é regra oponente de comparação.

Dessa maneira, contornado por constrangimentos de alguns participantes ao falar, confirmou-se as proposições sobre os desconhecimentos quanto o ócio e seus sentidos significativos de experiências queridas. Percebe-se, portanto, a permanência do sentido negativo e pejorativo atribuído ao termo ócio, tendo em vista a consonância de tempo utilitário que pode influenciar na própria significação do termo – fatores que puderam ser mais bem percebido por meio de observações no decorrer do processo da entrevista.

Dada à centralidade do trabalho percebida em campo, os entrevistados foram convidados a descrever acerca da representatividade do desemprego. Obtiveram-se as seguintes considerações:

E01: “[...] O desemprego é um desespero para mim. Não para mim, mas pela minha família. A minha filha está desempregada... As duas. Uma há um ano e a outra, há dois anos assim... de carteira assinada. E a gente passa pela dificuldade... Quer dizer, a gente passa pelo sofrimento de ver um filho que não trabalha. A gente ver a necessidade dele, as vezes quando dá pra ajudar a gente ajuda. Quando a gente não pode ajudar, a gente sofre junto com ele. Então é muito triste, sabe?”.

E02: “O desemprego é... Ele representa a miséria da população”.

E03: “[...] para mim ele é um caos social. Por que a pessoa tem uma estima muito baixa, porque não tem a possibilidade de trabalho, a possibilidade de se sustentar e de sustentar a família. É uma das coisas muito grave a

peessoa não ter com o quê se manter. Com o quê sobreviver? Com o trabalho, não é?”.

E04: “[...] para mim representa muita coisa. Representa a própria expectativa de vida. Porque se você não tem o seu emprego, você não tem condições de sustentar a sua vida, de dar o mínimo de condições para a *tua* família, condições de comprar as coisas de que você gosta... Então o desemprego está relacionado muito à questão da miséria, do desconforto, do caos social. Acho que o desemprego já é um caos social”.

E05: “O desemprego para mim representa o caos da sociedade. Hoje estamos vendo muitos jovens, muito dos adultos também desempregados... E a gente vê o que acontece, o sacrifício que acontece”.

E06: “Ah, um caos... Um caos”.

Pode se inferir nos argumentos expostos que há a necessidade simbólica do trabalho, confirmado por apontamentos tais como os que vinculam o desemprego à desestruturação financeira, social e psicológica resultantes da necessidade dessa atividade que provém o sustento (E01, E03 e E04) e/ou como o meio que orienta a própria vida (E02, E03, E04, E05 e E06).

É fato que o desemprego imprime a sensação de inutilidade social frente à representação simbólica e identitária do trabalho para os indivíduos. Dessa maneira, dialogando com Padilha (2000), nota-se que considerar o tempo qualitativo frente à insegurança da necessidade central de sociabilidade pelo trabalho, onde não se consegue suprir de maneira quantitativa essa necessidade, torna as possibilidades de vivências verdadeiramente livres no tempo e espaço, obliteradas.

Observou-se que, no decorrer dos argumentos expostos pelos entrevistados, a questão do que representa uma pessoa classificada como ‘inútil’ apareceu associado à ausência de práticas utilitárias, como as que se representam o trabalho em conformidade ao papel identitário que a sociedade reconhece. Dessa maneira, questionou-se aos servidores o que tornaria uma pessoa inútil na sociedade. Os mesmos apontaram os seguintes argumentos:

E01: “[...] um ser humano inútil é quando ele tem uma boa família, quando ele tem saúde, quando ele tem capacidade, potencial para viver bem e ele vive a tirar dos outros, é oportunista. Além de oportunista, ele é um inútil por que ele tira de alguém quando, por exemplo, assim uma mãe que ganha um benefício, ela tem um filho e aquele filho tem saúde, é jovem e ele não trabalha. Ele espera a mãe receber. Fica lá, aguardando aquele dinheiro... Então, eu acho aquela pessoa uma pessoa inútil”.

E02: “Ela não soube usufruir o tempo que foi destinado a ela, a desenvolver as coisas que eram destinadas àquela pessoa, aí ela não conseguiu se adaptar e achou na inutilidade uma forma de vida”.

E03: “[...] eu acho que é uma palavra muito pesada pra usar para um ser humano. Eu acho que não existe ninguém inútil. Não existe. Sempre se tem a capacidade de fazer alguma coisa, sempre tem algum gosto, alguma coisa tu tem. Então eu acho que não serve a palavra inútil para um ser humano”.

E04: “O inútil é aquele que vive na cola do outro, esse é o inútil. Às vezes ele é o trabalhador, ele é o funcionário público, ele sabe fazer as coisas, porém ele não quer fazer. Às vezes ele se torna um inútil porque ele sempre é carregado pelo outro, o que a gente chama de mochila. Ele só faz porque o outro faz. E isso quando o outro está ali, na cola dele, cobrando dele. Eu acho que o inútil é aquela pessoa que se ele estiver ali ou não é indiferente, é apenas um personagem ali”.

E05: “[...] um dia teve até uma brincadeira no *Big Brother*, que eu acho que todos nós somos úteis, não tem inútil. Para mim não existe aquela pessoa que seja um inútil, não. Cada um tem seus erros e seus acertos. Então cada pessoa tem a sua utilidade, da maneira dela e da maneira também que a sociedade enxerga. Mas eu acredito, na minha concepção, que todos nós somos úteis. Se veio pra essa vida é porque a gente tem uma missão aqui a cumprir. Uns cumprem pouco. Outros cumprem mais e de outra maneira”.

E06: “É uma pessoa que tem que dá um choque de realidade nela. Muitos, tantos, têm, querem, desejam o que não tem. E se tem, reclama. Então é um acordar para vida: ‘borá acordar!’ Isso daí é de uma pessoa fraca, não é?”.

A alusão em que se coloca a questão da representatividade da inutilidade se pontuou na pesquisa como uma forma de articular às concepções sintomáticas da sociedade capitalista. Para Almeida e Gutierrez (2014), a exaltação da razão instrumental se estende para a dimensão da subjetividade na percepção do prazer, cuja culpa por uma possível inutilidade de vivências subjetivas no tempo cotidiano, se configuram como sintomas que representam a sociedade contemporânea caracterizada pela perda das expressões de encantamento do mundo (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Por fim, com base nos conceitos expostos acerca de ócio e tempo livre disponível para as vivências de lazer, os entrevistados foram convidados a refletir se o ócio pode ocorrer no tempo livre/de lazer. Os mesmos responderam:

E01: “Eu acho que pode”.

E02: “Sim. E como acontece... Você está com as pessoas reunidas, mas você fica ali parada. Você não tem ânimo para nada. Você fica... As pessoas estão alegres, rindo... E você fica na sua, ocioso. Olhando para as pessoas... Não se envolve com outras pessoas... Ela acaba internalizando somente coisas ruins. O tempo vai passando e ela não progride em nada”.

E03: “[...] assim, como você não procura fazer alguma coisa, não procura querer fazer alguma coisa, só de você está deitado na rede você não precisa ter ócio. Você está descansando fisicamente”.

E04: “Pode. *Tu* te deitar numa rede e te balançar... Está no *teu* tempo livre. *Tu* está ali sem fazer nada, não é? Pode sim. Pode, com certeza”.

E05: “Pode. Eu posso estar no meu tempo livre, deitada na minha cama sem fazer nada. Pode”.

E06: “Eu tenho que entender o que é...”.

Verifica-se, portanto, que se confirmam os desconhecimentos e incertezas percebidos no decorrer da realização das entrevistas sobre o verdadeiro atributo do ócio, dado que este não se representa por ausência de atividades, mas por sensações que residem no sujeito que vivencia (CUENCA, 2016), mesmo ao estar direcionado para um desprendimento de tempo livre.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma reflexão sobre a representação do ócio como experiências satisfatórias que motivam os trabalhadores, diante das demarcações dos tempos sociais na contemporaneidade. Como consequência da complexidade atribuída às investigações que incorre de reflexões filosóficas, buscou-se no direcionamento para um estudo de campo voltado para os servidores técnico-administrativos do Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DERCA), vinculados à Universidade Federal do Amapá, uma forma de obter dados necessários para uma possível compreensão empírica.

Considerando o surgimento das ampliações de ócio como possibilidades nos tempos sociais, de trabalho, tempo livre e lazer, a abordagem sobre as significações de sua natureza carece de descrições, dada as complexidades e fatores que podem limitar as investigações.

No Brasil, alguns estudiosos vêm se dedicando às diversas interpretações do assunto na contemporaneidade, podendo contribuir dessa maneira, para os desvelamentos de um tema ainda receoso, frente à orientação e/ou adaptação de uma moral capitalista.

A contribuição dessa pesquisa propõe dessa maneira, reflexões que se equiparam a posicionamentos políticos sobre a representatividade de vivências livres, criativas, autênticas e subjetivas ancoradas nas experiências de ócio – contrastando-se com aspectos *irreflexíveis* que impedem as diversas realizações de liberdade e existência humana.

O presente estudo acrescenta informações para discussões no âmbito da academia, dada a pouca ou nenhuma investigação nas proporções que dimensionam ao tema ócio. Assim, como possibilidades de incentivar a abertura para as investigações, minimizando as representações desacreditadas como as que se decorreram no processo da manifestação pela pesquisa.

As transformações da classe, organização do trabalho na contemporaneidade, revelam complexas formas de sujeição aos mecanismos de um sistema capitalista sequioso, dos quais a “nova” identidade simbólica do trabalhador se manifesta como reflexo dessas metamorfoses que não transcendem da essência.

Logo, sustentando os recorrentes apontamentos denunciadores da exploração, desigualdade social resultantes de uma estrutura e superestrutura que

se desenvolve por meio de desequilíbrios, desvantagens e conflitos, invalidam-se as teorias superficiais que se pautam os diferentes princípios (como as de 'ócio criativo') que obscurecem a realidade discrepante – principalmente quando são difundidas em um país como o Brasil, que ainda não conseguiu equacionar o problema do desemprego, subemprego e educação precária para se generalizar uma mudança de valores rumo ao uso qualitativo do tempo livre e execução *desrotinizada* de trabalho criativo, autorealizador.

O tempo livre como realizações pessoais e de lazer é uma convivência possível na demarcação temporal da sociedade, no entanto ao aproximar de experiências de ócio, encontra-se ainda conturbado por demandas conflitantes, como obrigações diárias e empenho em atividades que condicionam e refletem as aparições e motivações de ócio.

Dessa maneira, consoante aos resultados, pode se inferir que as possibilidades de ócio se manifestam superficialmente ao considerar as expressões dos trabalhadores do DERCA, quando atribuem significado a atividade do trabalho, os quais a realizam com dedicação, representando assim a centralidade do trabalho como principal subterfúgio que legitima a existência socialmente representada por papéis sociais – o que influencia nas demais vivências de sociabilidades necessárias para atuações autênticas, que se representa de maneira impotente quanto aos estímulos introspectivos, diante de posturas autoavaliativas que influenciam em disposições mantenedoras do alheamento das experiências verdadeiras de ócio, da inutilidade que recompensa a si, frente a moral utilitária que se desvaloriza na correria do preenchimento do tempo útil, adaptado, reparador das experiências rotineiras.

Cabe ressaltar, portanto, que os objetivos de propor reflexões sobre a representatividade de ócio diante das ampliações dos tempos sociais, de qualquer forma, ao se equacionar as demarcações dos tempos sociais referenciado pela atividade do trabalho no capitalismo contemporâneo, seja nas suas denominações de globalizado, pós-moderno e flexibilizado, ainda se consolidam barreiras que fragilizam a intensidade de experiências de ócio, uma vez que imperam as “desconexões subjetivas” contra as expressões humanas que se propõe em emancipações, diferentemente do que se representou na sociedade grega que fundamenta suas significações amparadas na perspectiva do que se considerou o homem livre.

Por fim, com esses delineamentos investigativos que o estudo se propôs, surge a questão da importância de se pensar o fenômeno ócio na contemporaneidade, de maneira abrangente às alternativas de sociabilidades temporais, mas relevando a natureza do fenômeno como contribuições para pensar as potencialidades da representatividade subjetiva de ócio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. Tempo livre. In: \_\_\_\_\_. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ALMEIDA, Eduardo Sérgio de. **A condição humana do trabalho**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4442>>. Acesso em: 17/10/2016.

ALMEIDA, Marco Bettine; GUTIERREZ, Gustavo Luiz. A preguiça, a culpa e o tempo: reflexões sobre o lazer contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.1, n. 3, pg. 166-174, 2014. Dossiê Lazer e Meio Ambiente.

ALVES JUNIOR, Edmund de Drummond; MELO, Victor Andrade de. **Introdução ao lazer**. São Paulo: Manoele, 2003.

AMORIM, Henrique. O tempo de trabalho: uma chave analítica. **Revista sociedade e estado**. V. 28, n.3. Brasília, 2013. Disponível em: <[encurtador.com.br/svCPY](http://encurtador.com.br/svCPY)> Acesso: 23/03/2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 11 ed. São Paulo: Cortez, Campinas, SP: Editora Universidade Estadual de Campinas, 2006.

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

AQUINO, Cássio Adriano Braz de. O tempo como substancialidade do trabalho: o tempo industrial e o tempo do trabalho. **Revista do Labor**, Fortaleza, v.1, n.1, p. 1-14, 2008.

\_\_\_\_\_; MARTINS, José C. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Fortaleza: Rev. Mal-Estar e Subjetividade**, v.7, n. 2, p. 479-500, set. 2007.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1993.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo, revisão técnica: Adriano Correia. 8 edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa W. D. Ross *In: Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

\_\_\_\_\_. **Política**. Coleção obra prima de cada autor. Ed. Martin Claret. LTDA. 6 edição, 2013.

AVELINO, Geraldo Antônio. Os intervalos para o descanso na jornada de trabalho. **Revista da Faculdade de Ciências Administrativas de Curvelo**, 2003, p. 33-52.

BACAL, Sarah. **Lazer e o universo dos possíveis**. São Paulo: Aleph, 2003.

- BAPTISTA, Maria Manuel. **Ócio, Temporalidade e Existência**: uma leitura à luz da hermenêutica heideggerianas. Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, 2009.
- BAUMAN, Z. **Vida para o consumo**: a transformação das pessoas em mercadorias. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BOEIRA, Alexandre Regina. **Tempo livre e humanização**: o lazer e o ócio humanista a partir das concepções teóricas de Joffre Dumazedier e Manuel Cuenca. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.
- BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, edição 35. Brasília, DF: Edições Câmaras, 2012.
- BRUHNS, Heloisa Turini. **Explorando o lazer contemporâneo**: entre a razão e a emoção. Movimento/ UFMG. Porto Alegre, v.10, n.2, p.93-104, 2004.
- CABEZA, Manuel Cuenca. O ócio autotélico. In: MARTINS, José Clerton (Org.). **Revista do Cento de Pesquisa e Formação**, n 2, p. 10-29, 2016. Disponível em: <sescsp.org.br/revistacpf.>. Acesso: 08/03/2017
- CALVEZ, Jean-Yves. **A economia, o homem, a sociedade**: O ensinamento social da igreja. Tradução de Orlando Soares Moreira, São Paulo: Loyola, 1995.
- CAMARGO, Luiz O. de Lima. **O que é o lazer**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CHAUI, M. Introdução. In. LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec, 2000. P. 9 – 56.
- COSTA, Antônio Maurício. Lazer e sociabilidade: usos e sentidos. **Coleção trilhas amazônicas**. Belém: Açai, 2009.
- COUTINHO, Maria Chalfin. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de psicologia social do trabalho**. v. 12, n. 2. Universidade de São Paulo SBI, Portal Revistas, 2009. Disponível em <encurtador.com.br/drL15>. Acesso em 19/03/2017.
- DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Tradução de Yadyr A. Figueiredo. Editora UNB e José Olimpo Editora, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O ócio criativo (entrevista a Maria Serena Paliari)**. Tradução de Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1998.
- DINIZ, Cecília Regina; SILVA, Iolanda Barbosa da. **Metodologia científica**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN – EDUEP, 2008.
- DUMAZEDIER, J. **Sociologia Empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

FRANCISO, Susana. O tempo livre, o ócio e a animação. **Revista Práticas de Animação**, ano 2, n. 1, out. 2008.

FRANCISCO, A.Francileudo; MARTINS, José Clerton. **Sentidos do tempo, sentidos do ócio, sentidos para viver**. Rio de Janeiro: Editor Grácio, 2016.

FRANCO, Tânia. Alienação do trabalho: despertencimento social e desrenraizamento em relação à natureza. **Caderno CRH**, v.24. Salvador, 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/dkABC> Acesso: 06/09/2017.

FREITAS, Henrique; MUNIZ, Raquel Janissek. Uma proposta de plataforma para influencia estratégica. Rio Grande do Sul: UFGS, 2008.

GASPARINI, G. Tempo e trabalho no ocidente. In: CHANLAT, Jean François (Org.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1996, p. 111-126.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, Christianne L. Lazer: ocorrência histórica. In: GOMES, Christianne L. (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p. 133-141.

\_\_\_\_\_. Lazer: Concepções. In: GOMES, Christianne Luce (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p. 119-126.

GUITIERREZ, Suzana de S. **Ócio criativo e o tempo livre: uma crítica a De Mais**, 2 jan. 2011. Disponível em <encurtador.com.br/gxQR6> . Acesso em: 23/03/2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Senso demográfico 2010. Brasília: IBGE, 2010.

JESUS, Jaques Gomes. **O trabalho escravo no Brasil contemporâneo: representações sociais dos libertadores**. UNB Brasília- DF, 2005. Disponível em: <encurtador.com.br/fwAX4>. Acesso em: 01/09/2016.

KLEIN, Mônica Monteiro. **Reduzir a jornada de trabalho para ajudar nosso planeta?** 1 edição. São Paulo: Editora Matrix Urbana, 2014.

LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. Trad. J. Teixeira Coelho Netto, São Paulo: Hucitec, 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria ciências humanas, 1979.

MACIEL, Fabrício. Existe uma “sociedade do conhecimento”? Minas Gerais. **Revista ACESSA**, 2011. Disponível em: <encurtador.com.br/gj279>. Acesso em 18/09/2016.

MARCASSA, Luciana. **A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. Ócio. In: GOMES, Christianne L. **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. P. 165-172.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. Campinas: Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. **Lazer e humanização**. Campinas: Papyrus, 1983.

MARTINS, José Clerton de Oliveira. Lazeres e tempos livres, entre os ócios desejados e os negócios necessários. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n.2, pg. 51-58, 2016. Disponível em: <sescsp.org.br/revistacpf> . Acesso: 08/03/2017.

\_\_\_\_\_. Sentidos e possibilidades subjetivas do tempo livre. **Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do lazer /UFFMG**. Licere, Belo Horizonte, v.11, n.2, 2008.

\_\_\_\_\_. **Investigações sobre o ócio**. Unifor Notícias n. 260, 2017. Disponível em: <encurtador.com.br/brNV9>.

MARX, Karl; ENGELS, F. O manifesto do partido comunista. Tradução de Pietro Nassetti. 2 edição. **Coleção obra prima de cada autor**. São Paulo: Martin Claret Ltda., 2000.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosófico**. Tradução, introdução e notas de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

\_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro 1, v.1, t.2. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MASCARENHAS, F. Em busca do ócio perdido: idealismo, panaceia e predição histórica à sombra do lazer. In. PADILHA, V.(Org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de Dejours. **Psicol. Ciência e Profissão**. Brasília, v. 15, n. 1-3, p. 34-38, 1995. Disponível em: <encurtador.com.br/npORU>. Acesso em: 19/03/2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTEAGUDO, Maria Jesus; CUENCA, Jaime; BAYÓN, Fernando e KLEIBER, Douglas. Ócio ao longo da vida: as potencialidades dos itinerários de ócio para a promoção do desenvolvimento humano. Trad. Andrei Manoliu e Maria Eliana Ortiz. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v.1, n. 2, p 155-172, dez.2013. Disponível em: <encurtador.com.br/bdMRY>. Acesso: 31 jan. 2016.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia**. Lisboa: Publicações Dom, 1978.

MORGADO, Gerson Marcos. **A importância do cristianismo para a concepção da dignidade da pessoa humana e para a universalização de sua consciência**. São Paulo, 2012. Disponível em: < encurtador.com.br/gqrPS> . Acesso em: 12/11/2016.

OLIVEIRA, Janete da Silva; FREITAS, Ricardo Ferreira. Consumo. In: GOMES, Christianne (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p. 48-51.

OLIVEIRA, Nildete Terezinha. Somatização e sofrimento no trabalho. **Revista virtual textos & contextos**, v.9, n.2, ano II, p.1-14, 2003. Disponível em: <encurtador.com.br/FHW25>. Acesso em 24/08/2016.

ORNELLAS, Thuê Camargo Ferraz de; MONTEIRO, Maria Inês. Aspectos históricos, culturais e sociais do trabalho. **Revista brasileira de enfermagem – REBEN**. Brasília, v. 59, n.4, p. 552-555, 2006. Disponível em: <encurtador.com.br/bjzH6>. Acesso em 01/09/2016.

PADILHA, Valquíria. **Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito**. Campinas: Alínea, 2000.

\_\_\_\_\_. Tempo Livre. In: Gomes, Christianne L. **Dicionário Crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p. 218-222.

PINHEIRO, Kátia Flôres; RHODEN, Ieda e MARTINS, José Clerton de Oliveira. A experiência do ócio na sociedade hipermoderna. **Fortaleza: Rev. Mal-Estar e Subjetividade**, vol.10, n. 44, pp.1146. ISSN 1518-6148, 2010. Disponível em: <encurtador.com.br/oxKNT> Acesso : 06/08/2012.

POSTONE, Moishe. Repensando as críticas de Marx ao capitalismo. **Crítica Radical**, Fortaleza, Ceará, 2015. Disponível em: <encurtador.com.br/twFRV>. Acesso: 15/09/2016.

PRONOVOST, Gilles. **Introdução à sociologia do lazer**. Tradução de Marcello Gomes. São Paulo: Editora Senac, 2011, 203 páginas.

PUIG, J. M.; TRILLA, J. **Pedagogia do ócio**. Tradução de Valério Campos, 2 ed., Porto Alegre: Artemed, 2004.

RABUSK, Edvino A. **Antropologia Filosófica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

REIS, José. Sobre o tempo. **Revista Filosófica de Coimbra**. n. 9. Portugal. 1996. p.143-203.

RODRIGUES, Vinicius Emanuel. O tempo como construção social. **Anais**, 5. Congresso Internacional de História, Maringá/ PR, 2011. Acesso: 16/04/2017.

REIS, José; CAVICHIOILLI, Fernando Renato. A teoria configuracionista e o surgimento do lazer. **1º Encontro da Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales-ALESDE**. “Esporte na América Latina: atualidade e perspectivas”, UFPR-Curitiba-Paraná- Brasil, 30, 31/10 e 01/11/2008.

RHODEN, Ieda. O ócio como experiência subjetiva: contribuições da psicologia do ócio. **Fortaleza: Revista Mal-Estar e Subjetividade**, vol.9, n.4, p. 1233-1250, dez. 2009. Disponível em: <encurtador.com.br/ADIX7>. Acesso em: 28 janeiro 2016.



\_\_\_\_\_. Tempos escolhidos, tempos vividos. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, n. 2, pg. 39-50, 2016. Disponível em: <[sescsp.org.br/revistacpf](http://sescsp.org.br/revistacpf)>. Acesso: 08/03/2017.

RIBOLDI, Ari. Uma visão semântica do trabalho. **Jornal do comércio**, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <[encurtador.com.br/pqrl8](http://encurtador.com.br/pqrl8)>. Acesso em: 13/03/2017.

SACHUK, Maria Iolanda; ARAÚJO, Romilda Ramos de. Os sentidos do trabalho e suas implicações na formação dos indivíduos inseridos nas organizações contemporâneas. **Revista de Gestão USP**, v.14, n.1, p. 53-66. São Paulo, 2007. Disponível: <[encurtador.com.br/klpsJ](http://encurtador.com.br/klpsJ)>. Acesso em: 13/03/2017

SANT'ANNA, Denise B. **O prazer justificado: história e lazer**. São Paulo: Marco Zero/ MCT – CNPQ, 1994.

SAVIANI, Dermeval. Perspectiva marxiana do problema subjetividade-intersubjetividade. **Conferencia proferida no I Seminário Internacional sobre Filosofia e Educação**. Passo Fundo, 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/2wPziPa>>

SEBEN, Thiago Felipe. A formação do super-homem nietzscheano através da educação pelo e para o ócio. **Curitiba: Consciência Org.**, 2007. p. 01. Disponível em: <<http://bit.ly/2jUL89n>>. Acesso em: 23 out. 2015.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Trad. Marcos Santarrita. 14 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2009.

SOUZA, Michel Aires de. O vazio existencial do homem contemporâneo. **Filosofianet**, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2jUL89n>>. Acesso em 08/03/2017.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TONET, Ivo. Marxismo para o século XXI. **Revista Espaço Acadêmico**, ano V. Universidade Federal de Alagoas, 2005. Disponível em: <<https://www.espacoacademico.com.br/051/51tonet.htm>>. Acesso 04/02/2017.

UNIFAP, Universidade Federal do Amapá/ Resolução n. 09 – Consul/UNIFAP. **Regimento Geral**, 2002.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Amapá. Plano de desenvolvimento institucional 2015 – 2019. Macapá: UNIFAP, 2015.

\_\_\_\_\_. Universidade Federal do Amapá. **Plano de ação de 2017** da Divisão de qualidade de vida. Macapá: UNIFAP/ PROGEP, 2016.

VAZ, Leopoldo Gil Dulcio. O profissional de turismo e lazer. **Revista Digital**, ano 9, n. 65 Buenos Aires, 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/2fJYhNU>> Acesso em: 23/03/2017.

VERONEZE, Renato Tadeu. **A realidade coisificada e reificada em tempos de manifestações sociais**, Ponta Grossa: Emancipação, 2014. Disponível em: <<http://bit.ly/2hq9ebc>>. Acesso em 14/03/2017.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo, **Revisão de Antônio Flávio Pierucci**, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOGEL, Livio dos Santos. **Ócio do ofício**: contribuições da pedagogia do ócio para a formação de professores. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso – UFMG, 2007.

WOLECK, Aimoré. **O trabalho, a ocupação e o emprego**: uma perspectiva histórica. Associação Educacional Leonardo da Vinci, Instituto Catarinense de Pós-graduação - ICPG, 2002. Disponível em: <<http://bit.ly/2xoSXto>>. Acesso em: 08/06/2016.